



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Leonardo Bueno França**

**A QUALIDADE DA LIDERANÇA:  
UM ESTUDO DA TEORIA WEBERIANA**

**Florianópolis  
2012**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Leonardo Bueno França**

**A QUALIDADE DA LIDERANÇA:  
UM ESTUDO DA TEORIA WEBERIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao centro de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título.

Orientador: Professor Carlos Eduardo Sell Dr.

**Florianópolis  
2012**







Dedico este trabalho ao meu pai Aminadab França e a minha mãe Ana Maria Bueno França pelo amor incondicional. Dedico também este trabalho ao ramo da sociologia compreensiva e a construção de uma política de ação e não de reação perante as dificuldades de construção de um ideal social, político e econômico no mundo contemporâneo.





## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço principalmente o professor Doutor Carlos Eduardo Sell pela atenção, orientação e ajuda pessoal na elaboração do tema. Aos professores Elizabeth e Thiago pelas construtivas críticas e mais do que tudo à minha família.



O aparelho psicofísico do homem é aqui completamente adaptado às exigências do mundo externo, do instrumento, da máquina ou, em uma palavra, da função, despojado de seu ritmo dado por sua própria estrutura orgânica e submetido a um novo ritmo que, depois da análise sistemática das funções de cada músculo e da criação de uma ótima economia das forças, corresponde perfeitamente às condições do trabalho. (WEBER, 2004, Vol. II, pág. 362)



## RESUMO

A questão da liderança política em Max Weber é de extrema importância para o entendimento de toda a obra deste autor. Este trabalho de conclusão de curso (TCC) propõe-se examinar as formas como o pensamento weberiano qualifica a liderança política. Primeiramente cotejando a qualidade da liderança política nas classes sociais. Num segundo momento averiguar a qualificação institucional para tal liderança. Por último, o presente trabalho objetiva verificar no indivíduo as qualidades enumeradas por Max Weber. Tendo, principalmente em seus textos militantes os conceitos de “ética dos fins últimos” (ou ética da convicção) (*Gesinnungsethik*) e "ética da responsabilidade" (*Verantwortungsethik*) como sendo os principais tipos ideais na ética profissional como espírito do capitalismo ocidental. Max Weber entende que é a herança política e, conseqüentemente a educação política os principais referenciais para a compreensão do tema em questão.



## **ABSTRACT**

The issue of political leadership in Max Weber got the paramount importance for the understanding of all the work by this author. This study aims at examining this issue from the perspective of the weberian concept of qualified political leadership. Primarily aims at comparing the quality of political leadership in social classes. Secondly ascertain the institutional qualification for political leadership. Finally, this study aims to verify the individual qualities listed by Max Weber. Having mainly in his militant's works the concepts of ethics of conviction (Gesinnungsethik) and ethics of responsibility (Verantwortungsethik) as the main ideal types in professional ethics as the spirit of Western capitalism. Max Weber believes that is the political heritage and consequently leading education policy the frameworks for understanding the topic in question.





## **Sumário**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2. A LIDERANÇA POLÍTICA COMO QUESTÃO DE CLASSE .....</b>	<b>23</b>
2.1 A QUESTÃO DA LIDERANÇA NA PRÚSSIA .....	23
2.2 A LIDERANÇA LIBERAL NA RÚSSIA.....	33
<b>3. A LIDERANÇA COMO QUESTÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>45</b>
3.1 A HERANÇA DE BISMARCK .....	46
3.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS .....	49
3.3 BUROCRACIA .....	51
3.4 O PAPEL DO PARLAMENTO .....	53
3.4.1 O Controle da Administração .....	56
3.4.2 Responsabilidade Parlamentar e Política	
Negativa.....	59
3.4.3 Racionalização Eleitoral e	
Democratização .....	63
<b>4. A LIDERANÇA COMO CARISMA .....</b>	<b>75</b>
4.1 AS VIRTUDES CARISMÁTICAS .....	76
4.2 A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA .....	88
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>101</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Weber, já em 1895, foi um dos grandes intelectuais alemães a revelar a questão da *qualidade da liderança* como questão de classe, na medida em que:

O poder econômico e a vocação para a direção política da nação nem sempre coincidem” (...) “Maturidade política, vale dizer, pela sua capacidade em cada momento para antepor os interesses permanentes do *poder* nacional a quaisquer outras considerações (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.72, grifo do autor).

Nesse ponto, há uma sensível polêmica a respeito das aspirações nacionalistas de Weber e sua postura liberal democrática. O que nos faz dividir o pensamento do autor em duas fases. Seus primeiros escritos de 1889 até 1906, caracterizado por uma postura teórica e política em defesa do Estado Alemão enquanto potência europeia e a necessidade de capacidade enquanto qualidade na condução interna (nação) e externa (Estado), bem explorada por um de seus maiores comentadores, Wolfgang Mommsen em seu *Max Weber and German Politics- 1890 – 1920* (Mommsen 1990), e por fim, os escritos posteriores aos problemas de saúde, que de certa forma, não somente obrigou Max Weber a se distanciar de seu trabalho como podem ser vistos como uma espécie de divisor de águas no pensamento weberiano, também em virtude do fato de que Weber observou de perto a ascensão e a decadência militar do Império alemão durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918).

Divisor de águas em relação às perspectivas e esclarecimentos conceituais do autor sobre a própria obra e de comentaristas que são tidos como referências nos estudos da vida e da obra de Max Weber, que deixam claro sua postura a respeito do *espírito*, a dizer, a nação e a *forma*, a dizer, o Estado e que desqualifica a forma pejorativa como, pode ou não pode, um alemão ser nacionalista num período de eminentes guerras territoriais em larga escala que levariam a Primeira Grande Guerra (1914-1918). (Schluchter, 2011)

De uma vez monarquista parlamentar à liberal democrata a postura de Weber é enxergada por Maurício Tragtenberg como ambiguidade da intelectualidade alemã da época. No capítulo II deste trabalho, nos textos reunidos em *Parlamento e Governo numa*

*Alemanha reordenada* (1917), o leitor irá ver o próprio Weber se pronunciar a respeito da forma como ações e discursos políticos são mal interpretados pelos próprios intelectuais alemães e que tais interpretações têm efeitos na rua e no parlamento num chamado às vozes unidas, porém polifônicas, gerando duas faces de romantismo político o que será elaborado conjuntamente com a forma como Weber vê a liderança política em instituições, a dizer, o parlamento.

Sobretudo para o presente trabalho, *a qualidade da liderança ou as qualidades* são perceptíveis nos primeiros textos *enquanto qualidade da classe*, dirigente ou não na conduta das demais, o que será um dos fios condutores do raciocínio weberiano nos primeiros textos, onde um dos argumentos do presente trabalho se debruça, na medida em que, as noções de *herança ou legado político* e *maturidade enquanto qualificação da liderança de classe* são conceitos evidenciados por Max Weber em *O Estado Nacional e a Política Econômica* (1895) e, assim também, visíveis em seus estudos sobre as possibilidades de um liberalismo russo (1906) e uma demasiada burocracia como categoria de análise e efeito político que viria a inviabilizar o socialismo futuramente no mesmo país.

A liderança em Weber e a crítica a respeito das *qualidades das instituições* e *dos indivíduos* tem outro patamar no pensamento weberiano, na medida em que os textos *A Ciência como vocação* e *A Política como vocação* (ambas, conferências elaboradas a partir de 1917) são textos filosóficos com o intuito de “encorajar a autorreflexão”, dos ouvintes e posteriores leitores a ver nas instituições e em si próprios as *qualidades* ou o empenho “em tais esforços de autorrenúncia como parte da dialética de dedicação e desapego” (Schluchter, 2011, pág.10).

Os primeiros escritos sendo *O Estado nacional e a Política Econômica* (1895) e os estudos políticos sobre a Rússia, respectivamente apresentados e publicados como *A situação da democracia burguesa na Rússia* (fevereiro de 1906) e *A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional* (agosto de 1906), qualificados para os propósitos do presente trabalho como a primeira fase do pensamento weberiano a cerca da *qualidade da liderança política* nas classes sociais e depois de 1913, para o presente trabalho, vislumbra-se averiguar as etapas da categorização do pensamento weberiano já em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos* (1917), *A ciência como vocação* (1917) e *A política como vocação* (1919) como segunda parte e terceira parte de seu pensamento acerca da liderança política, para

estudar a *liderança política nas instituições e nos indivíduos* como também para evidenciar a particularidade do pensamento de Weber frente ao que o autor Maurício Tragtenberg chama de “ambiguidade do liberalismo alemão”.

A dualidade de Weber é o reflexo da ambiguidade do liberalismo alemão: durante o transcorrer do século XIX, fora ele dramaticamente dividido entre suas aspirações nacionalistas – que o levaram a colaborar com a *Realpolitik* de Bismarck – e seus ideais liberais no plano da política interna e da economia, que o levaram à oposição. (TRAGTENBERG In WEBER, Max. 2005,pg.9)

O objetivo do primeiro capítulo assim como no decorrer do presente trabalho é focar-se no “*critério de valor político*” de uma classe dirigente enquanto faculdade textual vista em sua aula inaugural na universidade de Freiburg, critério de valor político agregado por Max Weber ao refletir sobre a capacidade ou *qualidade para a liderança política de uma nação*, tendo em vista o momento histórico colonialista europeu em que o autor e sua obra estão inseridos de corpo e alma. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.72, grifo do autor)

Em “*O Estado Nacional e a Política Econômica*” (1895), Weber está preocupado em saber se uma determinada classe social têm habilidades e condicionamento político para exercer o papel de classe dirigente e conduzir assim, o aparelho estatal de maneira eficiente, no sentido de proteger o espaço territorial, a economia e a cultura germânica, enquanto direção do Estado e da Nação.

O objetivo do primeiro capítulo além de discutir a liderança na Prússia Agrária, busca cotejar a forma como a questão da liderança liberal na Rússia pós 1905 se deu na visão de Weber e, com isso, expor os conceitos de legado político e educação política deficitária, estudados pelo autor como herança da liderança política de Bismarck sob seu mandato de 1871 até 1890, no caso da Alemanha, e falta de capacidade política da classe burguesa para tocar um projeto liberal na terra dos Czares, concluindo assim o capítulo sobre a liderança política enquanto questão de classe.

O segundo capítulo estuda através de *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos* (1917), a forma como Max Weber critica o relaxamento do

funcionalismo e com isso o controle da máquina estatal por burocratas entendendo com isso que, o parlamento e os partidos políticos são duas instituições que devem ser tratadas em particular no que tange ao processo de discernimento político das massas. A ineficácia técnica e política do aparato estatal é material substancial para o autor determinar a influência sobre lideranças em instituições.

O terceiro e último capítulo tem por objetivo investigar como Max Weber verifica a qualidade da liderança em indivíduos. Em *Política como Vocação (1919)*, é visível a teoria weberiana da qualidade da liderança depender necessariamente da qualidade da obediência. Ou seja, o carisma do líder, a rotinização deste carisma enquanto sintoma da racionalização moderna e a ética da herança política estar vinculada as duas éticas, a da convicção e da responsabilidade.

## 2. A LIDERANÇA POLÍTICA COMO QUESTÃO DE CLASSE

“Vossa Majestade logo só verá canalhas em torno de si”

(WEBER, 1993, pág.115 – observação feita por um general sobre um monarca autocrático)

### 2.1 A QUESTÃO DA LIDERANÇA NA PRÚSSIA

*Em sua aula inaugural em 1895, na universidade de Freiburg, Max Weber analisa a falta de instinto político de diferentes classes sociais numa Alemanha refém das constantes agitações na Europa do Sec. XIX. Não somente o II Reich (Império Alemão – 1871 – 1918) era questionado pela ineficiência no comando, tendo em vista, a falta de representação política em contínuos fracassos em reformas sociais e econômicas exigidas devido ao momento histórico do capitalismo industrial e a ideologia do nacionalismo em diferentes localidades da Europa, mas todo aquele continente fervia a partir das revoluções de 1848.*

*Max Weber, em O Estado Nacional e a Política Econômica (1895) tem como preocupação a classe que deveria dar rumo à ação politicamente orientada em relação ao Estado alemão, denuncia sua decepção ao averiguar que a classe burguesa, que deveria ter capacidade para ser a classe dirigente dos interesses da nação, era uma classe politicamente decadente, em virtude da obediência herdada sob o comando do príncipe Otto Von Bismarck (1871 – 1890), então Chanceler do Império Alemão.*

Herdeira, portanto, de uma situação estamental onde a “apropriação monopólica de oportunidades” fundada no estamento dos grandes proprietários de terras do qual Bismarck era o “último e o maior deles”, a sociedade alemã e suas classes sociais em luta herdaram também uma *educação política* deficitária. Legado de um governo e uma classe dominante influente (*junker*) que não tinham *vontade política* suficiente para realizar “as grandes tarefas de uma política de potência” (num ambiente de agitações entre as nações europeias em busca da expansão do nacionalismo WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.75).

Tal política econômica, nacionalista e expansionista que contava com uma corrida armamentista concomitante ao processo de

rivalidade dos Estados nacionais, principalmente a Inglaterra e a Alemanha, levaram a civilização a tão conhecida primeira guerra mundial de 1914.

Em sua aula inaugural, Weber analisa as classes sociais em luta cotidiana nas planícies da província da Prússia Ocidental, mais precisamente, nas fronteiras orientais do Império Alemão, resultado de pesquisas empíricas realizadas na *Verein für Sozialpolitik* (Associação para a Política Social). Nos distritos rurais da província, Weber enxerga contrastes entre:

1. Diferenças na qualidade da terra cultivável.
2. Estratificação social da população que cultiva esse solo.
3. Diversidades entre as nacionalidades no território estudado.

Max Weber relata esses contrastes entre as classes:

1. Os grandes proprietários de terras.
2. Os assalariados diaristas nas grandes propriedades senhoriais ou circunscrição fundiária como cita o autor.
3. Os camponeses nas aldeias.
4. Prussianos, germânicos e eslavos suas etnias.
5. Católicos e protestantes suas religiões.

De forma empírica o autor utilizou principalmente:

1. Dados demográficos datados de 1871 a 1885.
2. Confissão religiosa.

Confissão religiosa que segundo o autor, “coincide quase integralmente com a nacionalidade”. As confissões religiosas, como dado variável empírico para a elaboração do discurso em *O Estado Nacional e a Política Econômica* (1895), são perfeitamente plausíveis tendo em vista a política anticatólica bismarckiana (*Kulturkampf*) que objetivava a luta contra os inimigos da Prússia protestante, fazendo de Weber um dos precursores na pesquisa empírica nas ciências sociais. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.59)

As limitações dos “dados secos” “igualmente imprecisos” se deram em virtude da disposição geográfica e o fato de as principais fontes serem os próprios proprietários rurais alemães. No entanto, Weber enxerga “uma identidade entre cultura econômica, condições



relativamente elevadas de vida e germanidade na Prússia Ocidental” O que significa que o fator nacionalidade foi uma importante referência do autor ao verificar a “*capacidade adaptativa* das duas nacionalidades, que repouse em qualidades físicas e psíquicas de caráter racial.” (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.60, grifo do autor).

É no deslocamento populacional dessas nacionalidades que Weber busca mais uma variável para sua reflexão, pois “as propriedades com solos *bons* sofreram uma retirada populacional especialmente forte.”

Na análise de Weber, verifica-se que nas regiões onde havia rendas líquidas menores houve um aumento demográfico e nas regiões onde havia rendas líquidas maiores um decréscimo.

A conclusão inicial do autor revela que nas áreas de forte decréscimo populacional há um forte domínio da grande propriedade fundiária. Isto é, onde as rendas líquidas são maiores e há um decréscimo populacional, há também a figura do latifundiário (*Junker*).

O deslocamento populacional dos camponeses alemães e poloneses no leste do império em relação aos dados colhidos levou o autor a atribuir às nacionalidades e a sua *capacidade adaptativa* uma diferenciação categórica. Para ele, houve uma “absorção” cultural de uma nacionalidade pela outra. Ou seja, o avanço dos poloneses no leste alemão constituiu uma situação ou fenômeno econômico-cultural, que o autor observa nos camponeses poloneses que se multiplicam nas áreas de *baixo nível cultural*, uma variável a ser considerada na medida em que, os assalariados alemães se retiram das áreas de *elevada cultura*, tendo em *cultura*, uma noção de melhor *condição de vida* individual e coletiva.

As *baixas exigências quanto à condição de vida* são aspectos que o autor imputa na “raça” eslava, o que denuncia que é mais fácil para o grande proprietário de terra explorar o trabalho do polonês católico do que do alemão protestante. Tal fenômeno é observado pelo autor também no que tange aos alemães de confissão religiosa católica, denunciando a carência de um clero germânico educado e, relatando também, um efeito da forte política anticatólica de Bismarck na medida em que, nas áreas férteis encontram-se os poloneses - católicos trabalhando nas grandes propriedades senhoriais e os alemães - protestantes nas aldeias.

Um exame das mudanças da participação das confissões nas unidades comunais rurais entre 1871 e 1885 revela que a saída dos assalariados está sistematicamente relacionada com um decréscimo do protestantismo na planície, enquanto que um acréscimo da população aldeã nas terras altas é acompanhado por um aumento relativo do catolicismo. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.62)

Religião e territorialidade são variáveis influentes no início da leitura de *O Estado Nacional e a Política Econômica (1895)*. O estudo empírico de Max Weber baseado nas confissões religiosas no leste alemão, mesmo que, segundo o próprio autor impreciso, mostra que os alemães têm dificuldade em “adaptar-se às condições de vida sociais de sua pátria” e “o ajustamento a essas condições de existência é melhor realizado pelos trabalhadores poloneses”. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, Pg.63/64)

Na luta do cotidiano dos trabalhadores rurais, a classe, para o autor, baseada na nacionalidade e, com maior capacidade de adaptação “às dadas condições sociais e econômicas de vida”, verificando-se que, “devido aos hábitos de vida mesquinhos tanto física quanto espiritualmente”, o pequeno agricultor polonês que “come a própria grama” é alvo da política exploratória dos latifundiários prussianos, naquela região, visto pelo autor, como algo dado, devido à evolução científica de sua geração. Isto é, a nobreza fundiária ao ser detentora das terras cultiváveis, estaria diante de um *processo de seleção* dos trabalhadores. Para Weber esse processo se deu em virtude da baixa necessidade de aceitação ou busca de uma condição de vida melhor tanto material (física) quanto imaterial (espiritualmente) por parte dos estrangeiros eslavos àquele solo germânico.

Além disso, como se explica que esse desejo seja despertado precisamente entre aqueles que vivem nas áreas dominadas pela grande propriedade, porque podemos provar que a saída de assalariados diminui na mesma proporção em que a *aldeia camponesa* domina a fisionomia da paisagem? O motivo é este: nos complexos fundiários da sua pátria somente existem para os diaristas o senhor e o serviçal, e para os seus descendentes, até os mais remotos, apenas a perspectiva da labuta em solo alheio ao som do sino senhorial. Neste impulso obscuro e pouco consciente para longe se esconde algo de um idealismo primitivo. Quem não conseguir decifrá-lo não conhece o fascínio da *liberdade*. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.63 grifo do autor.)

Max Weber, não deixa de sofrer na pele a influência e o peso de seu próprio pensamento, observável com mais clareza nos textos de 1906, na medida em que, a própria burocracia do meio acadêmico “cultivou” sua postura nacionalista e sua crença na superioridade da capacidade de manobra dos pequenos grupos dirigentes sobre uma maioria no Estado moderno, tendo em vista, sua sociologia compreensiva, que observava o peso da instrumentalização ou racionalização das instituições, e suas contingências, ou seja, a dominação racional legal e a instrumentalização do conhecimento dividido em disciplinas visando a forma de sua aplicabilidade no mercado, dividindo o conhecimento técnico do conhecimento erudito e do conhecimento político através de mecanismos de racionalização, isto é, uma ampla engenharia institucional. (Mommsen, 1990, pág. 16/17)

As ciências do espírito e as ciências naturais produziam a si próprias em influência mútua, através de abstrações, metáforas linguísticas, analogias, etc. O conhecimento institucionalizado de seu tempo e em seu território natural, fizeram de Weber em *O Estado Nacional e a Política Econômica* (1895) um indivíduo “em guarda contra os “perigos” da infiltração de camponeses de origem eslava nas províncias orientais”. (TRAGTEMBERG In WEBER, 2005, Pg.)

Neste sentido, o nacionalismo weberiano é interpretado por Maurício Tragtemberg, como sendo um nacionalismo defensor das “divisas” que um dia foram fechadas pela política unificadora de Bismarck, lembrando que o fechamento das divisas fora ordenado por Bismarck até 1890, no entanto, essa “guarda levantada” de Weber, em *O Estado Nacional e a Política Econômica*(1895), não somente mostra uma preocupação com o território político do Império Alemão, mas com

o que é feito com o território político alemão, e principalmente, quem não tem qualidades para a execução de um projeto político neste território, visando sim, defender as divisas das circunstâncias externas, mas também desenvolver uma condução política dos interesses internos do Estado.

His entrance into the Verein marked the decisive step in Weber's emancipation from old liberalism and hence from the views shared by Baumgarten and his own father. In the light of Germany's economic and social development into one of the leading industrial nations in Europe, Weber recognized liberalism's omissions in the field of social and economic policy and disapproved of its negative position on social legislation, which he blamed on outdated economic doctrines.

Scattered evidence suggests that Weber temporally adopted conservative opinions at the time he joined the Kathedersozialisten. In Berlin he was frequently in the company of a circle of largely conservative-minded contemporaries. In 1888, he noted that his view "always sharply contrasted with theirs". (MOMMSEN, 1990, pág. 17 aspas do autor tiradas de Letter to Baumgarten of 30 April 1888, *Jugendbriefe*, p.296)

Wolfgang Mommsen em seu livro *Max Weber and German Politics 1890 – 1920* analisando de forma monográfica e biográfica a trajetória política da construção do pensamento weberiano relata a influência de seu pai, colegas de profissão e de alguns professores no que hoje pode ser visto de forma conservadora aos olhares liberais democratas. Segundo Mommsen, já em 1888, portanto 7 (sete) anos antes de sua aula inaugural na Universidade de Freiburg em 1895, Weber já não compactuava com as noções teóricas e a práxis política de seus contemporâneos. É neste sentido, posto por Mommsen que este trabalho busca desenvolver o estudo acerca da liderança política nos estudos de Weber, aceitando a premissa de Mommsen de que seu pensamento uma hora conservador fora evidentemente se transformando ao longo dos anos.

Mommsen, em seu livro, chega a dividir o pensamento de Weber partindo de uma classificação onde existe um "Jovem Weber" e um pensamento weberiano em construção numa Alemanha pós-primeira guerra mundial, entretanto a análise de Mommsen acerca do

desenvolvimento do pensamento político do jovem Weber (The Young Weber's Political Development p.1-21) é estudada partindo – se da postura própria do Weber enquanto político atuante, e não da forma como o presente trabalho de conclusão de curso se limita, ou seja, Mommsen é mais biográfico ao longo de seu texto monográfico. O presente trabalho não se pretende além de uma monografia do pensamento weberiano acerca da forma como é estudada, caracterizada, categorizada e organizada a liderança política enquanto conceito chave para a compreensão de certos aspectos da teoria weberiana. Para o presente trabalho somente comentadores são fonte da riqueza de informações a respeito da pessoa de Weber e sua atuação política.

A política de fechamento da fronteira oriental realizada sob o governo do príncipe Bismarck, era para Weber, fundamental para a perspectiva do germanismo, mas a retirada dessa política em 1890 permitiu novamente a entrada dos estrangeiros enquanto trabalhadores itinerantes.

Bismarck era para Weber um latifundiário com “consciência de classe” e que por ter esta *qualidade de líder* protegia o germanismo daqueles trabalhadores sem muita exigência de qualidade de vida e, “o odioso adversário dos grupos agrários admitiu-os” beneficiando a exploração dessa força de trabalho e dessa cultura estrangeira.

Para o autor, nem sempre “o ponto de vista econômico de classe é decisivo nas questões de política econômica; *neste caso* a circunstância decisiva foi a passagem do leme do Estado de uma mão forte para uma mais fraca”. Ao mesmo tempo em que a “mão forte” de Bismarck protegia o germanismo, deixou um legado de “apatia” política para a geração posterior. Weber admirava certas posturas nacionalistas de Bismarck, mas reconhecia que a “consciência de classe” decadente dos latifundiários e da burguesia industrial, perdeu-se no foco central do que se pode chamar de essência da razão de Estado. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, Pg.66)

Razão de Estado para Weber em 1895 significava a defesa dos interesses de um *Estado nacional*, sociedade e Estado eram para Weber, “a nação”.

É na *qualidade dos homens* reféns das condições de existências dadas que reside a “*eterna luta* pela manutenção e aperfeiçoamento” do modo de ser nacional. Para Weber, é o *legado político* o critério de valor primeiro e último para que um Estado nacional se imponha perante a comunidade econômica internacional e para que exista uma continuidade no condicionamento político de todos para o

fortalecimento interno seja da população seja do aparato estatal. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, Pg.69).

O aspecto trágico que marca a carreira de estadista de Bismarck era para Weber, o caráter *apolítico* visível da burguesia alemã, burguesia da qual Weber fazia parte, educado e criado segundo o significado legítimo de um estamento social burguês.

Internamente, com os grandes proprietários prussianos esmagando a germanidade, com a burguesia ansiosa por proteção de uma nova figura Czarista e o proletariado moderno, do ponto de vista *político*, não tendo “os grandes instintos de *poder* de uma classe chamada para a condução política”, nesse sentido, Weber atribui ao **aprendizado político** que envolve os indivíduos de uma classe social, o efeito e a causa para uma verdadeira política de potência.

Muito além de denunciar que a forma como a modernidade havia chegado ao território do Império alemão e teria levado à decadência da aristocracia agrária, então classe dirigente, Weber estuda a **herança política** deixada pela classe latifundiária e o maior representante deles, a dizer, Otto Von Bismarck.

Ao comparar o proletariado da Inglaterra e da França, Weber atesta para esse aprendizado político crônico a qual uma nação deve ser submetida. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, Pg.76/77).

Ao contrário do que acreditam aqueles que olham hipnotizados para as profundezas da sociedade, não é nas *massas* que reside o perigo. Não é uma questão sobre a situação *econômica* dos *dominados*, mas sim, aquela sobre a qualificação política das *classes dominantes e emergentes* que constitui o conteúdo último do problema político-social. O objetivo do nosso trabalho político-social não é a felicidade do mundo, mas sim a *unificação social* da nação (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, Pg. 77)

A *unificação social* é estudada a princípio nas classes sociais e posteriormente nas instituições e nos indivíduos. Deve haver um esforço para uma educação política. É a partir das classes sociais na teoria weberiana, que é possível estudar a liderança política como a capacidade de antever e agir defendendo os interesses internos e externos do Estado alemão. A classe burguesa e a aristocracia rural não tinham capacidade de antever e agir para uma unificação eficiente, isto é, não tinham capacidade para comandar uma política nacional, pois Bismarck foi um

“vício”, que gerou consequências evidentes aos olhares de Weber em 1895.

O nacionalismo liberal weberiano era em 1895 uma crítica ao nacionalismo conservador bismarckiano enquanto aprendizado político. A figura da liderança carismática que era enxergada em Bismarck ou atribuída a ele culminou numa má formação política de todas as classes na Alemanha, ou seja, a **obediência** legitimada na figura do grande líder gerou uma apatia política ou uma má formação política em toda a sociedade, tendo em vista a elite política latifundiária e burguesa e suas intenções limitadas.

O processo de racionalização e o desencantamento do mundo serão os conceitos chaves para estudar a “conduta da vida” como parte da “conduta política viciada” na Alemanha pós-Bismarck.

The Young political economist recognized that Germany's rapid economic development and the accompanying transformation of its social structure had created problems that traditional liberal methods could not solve. In his opinion the liberals adopted a narrow ideological position, more distinctly so than was actually the case. He viewed as their characteristic weakness. “As long as... economic and social issues remain the exclusive political focus, and interest groups remain dominant, liberalism's effectiveness will be limited, especially as long as liberalism itself is divided by quarreling interest groups,” he wrote to Baumgarten in 1891. Since Weber planned at the time to switch from his legal studies to political economy and political sociology, economic and social problems were much on his mind, and it was precisely in these areas that liberalism had abdicated. The young Weber hoped to redress liberalism's weaknesses. (MOMMSEN, 1990, p.18/19, aspas do autor sobre citação acerca da carta enviada a Baumgarten no ano de 1891, no dia 3 de janeiro, *Jugendbriefe*, p. 369)

Novamente através de uma citação de Mommsen se pode estudar uma forma mais arrojada de observar o nacionalismo e o liberalismo na mente e nos textos de Weber. Segundo Mommsen, antes da conferencia inaugural na Universidade de Freiburg em 1895, Weber já destacava sua crítica ao nacionalismo conservador das classes dirigentes e a crítica ao liberalismo tradicional ou liberalismo de mercado, diferenciando sua atenção, no que tange à liderança política

para as classes sociais e a capacidade de tocar um projeto político liberal na Alemanha.

A “guarda levantada” de Weber para com os poloneses não representa uma postura eminentemente conservadora, na medida em que ele enxerga o problema na “capacidade de absorção de uma nacionalidade por outra”. A nacionalidade era um componente crucial para a noção de identidade de classe, de indivíduo e de instituições, assim como era a religião de cada grupo estudado em *O Estado Nacional e a Política Econômica* (1895).

A *moderna conduta de vida* enquanto conceito dentro do espectro da racionalização weberiana, para ser sociologicamente definida enquanto objeto de estudo deveria levar em conta a nacionalidade e a religião dos grupos estudados. Assim, para definir sociologicamente a liderança política como questão de classe na teoria weberiana é necessário levar em conta o momento histórico em que Weber vivia.

Seus textos e conferências criticavam algumas posturas nacionalistas no Estado e nas classes dirigentes, assim como, do ponto de vista da possibilidade de construir uma potencia territorial frente às diversidades do mundo.

Weber concordava com discursos e condutas, interpretado posteriormente como um nacionalista – conservador, seguindo uma ambiguidade, uma atração e uma repulsa aos discursos, mas principalmente, às ações tomadas pelas lideranças políticas seja no Conselho Federal (*Bundesrat*), seja no movimento social cristão, seja no Partido Social Democrata, ou no congresso social Luterano.

He considered the question of the land labors “exclusively from the point of view of reason of state” and added that he had no intention of debating the land labors’ plight and its amelioration, nor was he interested in how the landed magnates could otherwise procure workers. He emphasized the ideal of the nation state and to this ideal he subordinated all social and economic considerations. He thereby arrived at the position which long afterward characterized his political thought.

Weber designated the progressive “Polonization” of eastern Germany as the quintessence of a process of social transformation. The dismemberment of long-established patriarchal economic relationships promoted the emigration of the native agricultural working class. (MOMMSEN, 1990, pág. 27/28)



Max Weber estava interessado em compreender o declínio da competitividade no leste alemão. O mercado mundial, portanto, as potencialidades da agricultura no leste da Alemanha, vista sob a ótica da produção, do poder da economia alemã frente a outros estados, frente aos mercados internacionais ou “a velha competitividade entre nações”.

He may well have been overreacting to the crisis besetting German agriculture at that time. He therefore viewed the economic conditions of the East Elbian estates as permanently catastrophic and regarded as hopeless all attempts to restore to economic health. (MOMMSEN, 1990, pág. 30)

## 2.2 A LIDERANÇA LIBERAL NA RÚSSIA

*Após um longo período de crise nervosa, Weber retoma seu trabalho e demonstra-se interessado nos problemas políticos na Rússia após a revolução constitucionalista de 1905.*

*Para o autor, assim como na Alemanha, a Rússia “necessitava urgentemente de mecanismos para refazer suas possibilidades de condução política do aparelho estatal”. O problema aparentemente é o mesmo. Isto é, para Weber as classes burguesas que deveriam ser as portadoras dos interesses de poder nacional não tinham competência para a condução de um projeto liberal na Rússia, assim como as classes trabalhadoras não pareciam ter maturidade política para apoderar-se de tais interesses. (SELL, 2011, pág.3)*

Para tal estudo, o autor examina os *zemstsvos* (sistema de administração local de organização autárquica), os *cadetes* (Partido Constitucional Democrata), a burguesia, as forças operárias e o campesinato.

O importante a acentuar, contudo, é que neste texto Weber repete o esquema de “análise de classes” estabelecido em O Estado Nacional. A marca dessa análise é a tese de que a maturidade para a liderança política não é reflexo nem fruto direto da posição econômica das classes sociais. Ela depende da educação política dos grupos sociais e de suas convicções políticas. A análise de Weber é eminentemente sociológica e coloca como variável chave para entender a correlação entre grupos

econômicos e liderança política o fator educação política, ou seja, o aprendizado e os valores políticos das forças sociais em luta. (SELL, 2011, pág.7)

Com exceção do poder absoluto do Czar o *zemstvo* era a instituição que apresentava maior validade histórica e que efetivamente demonstrava maior eficiência na condução da vida pública russa. Os *zemstvos*, para o autor, tinham “firmes convicções sobre o valor fundamental da instrução do povo” No entanto foram reduzidos “a um instrumento inteiramente passivo para arrecadar os impostos exigidos pelo governo central e que seriam utilizados somente por ele”. (WEBER, 2005, pp. 52/55)

Em *A situação da democracia burguesa na Rússia (1906)* a análise da função “educativa” na política cabe agora ao direito de voto. O sufrágio universal, igualitário, direto e secreto enquanto legislação eleitoral constitucionalmente protegida, era agora o que viria a definir os *lugares* de cada um numa Rússia que ainda assim temia e adorava a figura do Czar mais do que a do Parlamento (Duma). Novamente Weber pergunta: “de onde surgirá o impulso que levará as massas a participarem de um movimento como esse, que vai muito além das exigências puramente materiais?” (WEBER, 2005, pág.68)

O autor nos mostra que o “individualismo” político dos direitos humanos que se desenvolveu na Europa Ocidental enquanto “ideal” propulsor não surtiria efeito numa Rússia onde:

O individualismo especificamente burguês já se encontra superado nas classes que têm “posses e cultura” e certamente não conseguirá reconquistar a pequena burguesia. O direito de sufrágio universal coloca o poder nas mãos das massas, e, conforme a intenção expressa dos liberais, é exatamente isto que deve acontecer. (WEBER, 2005, pág.67)

*Para o autor, de todas as classes sociais analisadas, os mujiques (camponeses) eram certamente a classe onde o critério de valor político não era o individualismo. A reforma agrária se juntaria ao sufrágio como possível legado político à nação russa. O mir (sistema de propriedade coletiva da terra) estava vinculado “a toda formação social e política dos partidos russos” e para Weber, era uma instituição inviolável tendo em vista que tais propriedades coletivas não eram herdadas, mas sim repartidas e sua esfera de influência se espalhava por todo o território. (WEBER, 2005, pág.75).*

*Max Weber questionava a inviabilidade de um projeto liberal nos moldes do europeu-ocidental não somente quanto à qualidade da liderança dos burgueses-liberais no que tange ao ponto do sufrágio universal enquanto aprendizado político e seus possíveis efeitos, mas também para a impossibilidade de um programa agrário “individualista” visto que, os camponeses que dispunham de maiores recursos (kulaks) tendiam a impedir a redistribuição de terras e que a política tributária viria “necessariamente a aumentar a multidão de interesses comunistas e a luta social” (WEBER, 2005, pág.78).*

*A questão da liderança em A situação da democracia burguesa na Rússia (1906) perpassa pelo programa de reforma agrária dos democratas burgueses elaborado pelos cadetes (Partido Constitucional-Democrata) fixado nas exigências da União Libertadora e do Congresso Rural dos Liberais que, segundo Weber deu “um enorme impulso ao ‘espírito’ do comunismo agrário e do socialismo revolucionário entre os camponeses”. (WEBER, 2005, pág.79)*

*A situação peculiar da Rússia parece, pois, consistir no fato de que ali a aceleração do processo evolutivo “capitalista”, que inclui a valorização das terras e dos seus produtos, além de provocar o crescimento do proletariado industrial e, portanto, também do socialismo “moderno”, pode igualmente provocar o crescimento do “velho” comunismo agrário. (WEBER, 2005, pág.80)*

A mesma nobreza que perturbada com as concessões aos camponeses e, avessa a qualquer concessão em relação às propriedades e tributos também fora um empecilho fundamental para as reformas liberais no parlamento (Duma). Contudo, Max Weber foi além em *A situação da democracia burguesa na Rússia (1906)* ao denunciar o que viria a ser uma “ação criativa de cima ou de baixo”, na medida em que ao bloquear as reformas liberais, bloqueando assim os direitos civis, “nos meios da *intelligentsia* socialista revolucionária” poderia surgir um radicalismo romântico de duas faces.

Em virtude do bloqueio das reformas liberais na Duma, a Corte deu espaço para um romantismo revolucionário e um romantismo reacionário no campo político russo, isto é, nas ruas das cidades, nas aldeias, nas províncias (subdivididas em *uezdy* e *volosti*), nas fazendas coletivas (*kolkhoz*), mesmo nos *zemstvo* onde a nobreza exercia influência, as vozes sofriam “metamorfoses” e desfilavam entre os dois romantismos que levariam ao que Weber chama de “pragmatismo da

onipotência do Estado”, ou seja, um socialismo estatal demagógico que andaria em linha tênue entre o campo autoritário e o reacionário criando uma burocracia socialista onipotente sem precedentes na história. (WEBER, 2005, pág.80/81)

Em *A situação da democracia burguesa na Rússia (1906)*, é possível ler a *questão da liderança* não apenas nas ações das classes sociais e seus indivíduos, mas também no aspecto formal, isto é, a legislação eleitoral russa tinha por intento “eliminar toda a possibilidade de manifestações eleitorais livres” e por isso ela devia, por princípio, proceder “do próprio meio”. Para Weber, em analogia ao sistema eleitoral dos Estados Unidos, tal procedimento “faz com que o nível das legislaturas se torne bem mais baixo”. Tais ações formais, ou neste caso tal legislação, para Weber, na medida em que os camponeses lutam contra a polícia governista e a fiscalização burocrática excessiva aos comícios nas zonas rurais, abre-se espaço para o argumento dos radicais legitimando-se a agitação permanente e, crescendo o ódio à burocracia estatal. (WEBER, 2005, pág.83)

Para o autor, independente de satisfeitas as exigências dos camponeses, estas que incluíam desde dispensa dos pagamentos de alforria até desapropriação das terras do Estado e da nobreza, os camponeses correriam o risco de serem vistos mais como “objetos” da política agrária do que indivíduos qualificados para tocar o projeto. (WEBER, 2005, pág.87)

Os caminhos da reforma social pelos quais se embrenham os democratas liberais russos são cheios de renúncias. Seja pela consciência do dever, seja pelas conclusões a que foram levados pelo comportamento demagógico do antigo regime, eles não têm outra escolha a não ser exigir o sufrágio universal. (WEBER, 2005, pág.87)

O problema da exigência do sufrágio universal seria o de “não promover um socialismo voluntário”, mas fortalecer o comunismo arcaico (modo de produção primitivo) tanto no sistema econômico como na mentalidade das massas. Para Weber, os liberais estariam retardando o “desenvolvimento da cultura individualista de estilo europeu-ocidental” e com isso, fortalecendo as “metamorfoses”, isto é, os românticos radicais de duas faces. (WEBER, 2005, pág.88)

Weber destaca algumas figuras importantes dentro deste espectro de liderança político autocrático russo. O Conde Serguei Witte, que servira Alexandre III(1881-1894) como ministro das Finanças,

responsável pela modernização da economia russa no reinado do filho de Alexandre III, Nicolau II(1894-1917).

Weber parece citar mais os nomes do Conde Witte, do adepto feroz da *Polizeistaat* Viacheslav Von Plehve, do intelectual adversário de Lênin, Petr Struve, até o do Presidente do Conselho de Ministros entre 1906 e 1911 Piotr Stolypin, do que do próprio Czar Nicolau II, mesmo tendo em registros históricos que “ao longo de todo seu reinado, Nicolau pareceu incapaz de lidar com a tarefa de reinar sobre um vasto império nas garras de uma crise revolucionária que se aprofundava” (FIGES, 1999, pág.50).

Nós não podemos deixar de olhar com profunda participação e comoção interior para a luta de emancipação que se desenrola na Rússia, bem como para os mentores dessa luta, seja qual for a “orientação” ou a “classe” que eles representam. (WEBER, 2005, pág.108)

“O absolutismo burocraticamente racionalizado” tornara-se o maior inimigo da sociedade russa na primeira década do século XX. Em *A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional (1906)*, Weber retoma a questão da liderança com certa nostalgia ao declarar a falta de originalidade das lideranças:

A isso se acrescenta o seguinte: em ambos os lados sente-se a falta de “líderes realmente grandes” que poderiam impulsionar o interesse passional dos que se conservavam à distância. Pois não basta que alguém seja um excelente propagandista político ou um especialista inatacável em assuntos sociais e políticos, ou até mesmo um corajoso revolucionário da “ativa” para que possa ser considerado um autêntico “líder” político. (WEBER, 2005, pág.181)

Para Weber, era impossível o surgimento de líderes qualificados quando se dividia espaço com “arbitrariedades absolutas da polícia”, no entanto o critério de valor político agregado por Max Weber ainda parece ser a máxima exposta em *O Estado nacional e a Política Econômica (1895)* onde “o poder econômico e a vocação para a direção política da nação nem sempre coincidem” (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.72).

A princípio não importa os nomes das figuras de autoridade, como Witte, Struve e Plehve, o processo de burocratização pelo qual

passou a Rússia era característico de um país que ainda não havia chegado perto da industrialização e da democratização correntes na Europa - ocidental no início do século XX.

O vínculo entre a autocracia russa e os estratos sociais que viriam a ocupar os cargos no funcionalismo público hierarquizado, assim como no exército russo, era uma das questões fundamentais para se compreender a relação entre *liderança* e *classes sociais* numa autocracia sem autocrata, partindo da concepção já aceita por todos de que Nicolau II não era um líder capaz de governar sua própria nação.

O sistema czarista baseava-se na estrita hierarquia social. No topo, estava a corte; abaixo, seus três pilares de sustentação: o serviço público, o serviço militar e a Igreja, formada por membros advindos desses dois primeiros blocos; e na base da ordem social havia o campesinato. Existia um forte vínculo entre a autocracia e essa pirâmide de estratos sociais (nobres, clérigos negociantes e mujiques), cuja posição variava conforme os obséquios prestados ao Estado. Era uma hierarquia social rígida, na qual direitos e deveres legais específicos eram determinados pelo lugar que cada um ocupava nessa escala. (FIGES, 1999, pág. 70)

Weber destaca, no início de *A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional* (1906) que “a aparência externa de garantias ‘constitucionais’, visando impressionar o público externo” era o fator preponderante numa Rússia endividada que necessitava urgentemente dos olhares mais piedosos dos banqueiros internacionais tendo em vista não somente o isolamento do campesinato do resto da sociedade, mas também sob o aspecto do ponto de vista dos “reacionários” que viam também nos judeus os sujeitos da extorsão da constituição russa. Não somente da constituição, mas a ideologia do governo Czarista era: Autocracia, Ortodoxia e Nacionalidade, isto é, havia um histórico processo de russificação naquele território. (Weber, 2004, pág.116)

Paralela à hierarquia social, havia uma hierarquia étnica, que escalonava as diferentes nacionalidades segundo a fidelidade demonstrada ao imperador. Cada povo usufruía de direitos e privilégios específicos. No topo estavam os russos e os germanos bálticos, ocupantes dos principais postos na corte, no serviço militar e na burocracia. Abaixo deles havia os poloneses, ucranianos, georgianos,

armênios etc. Os cinco milhões de judeus que viviam no império situavam-se na base dessa estratificação, submetidos a uma gama maior de incapacidades legais e discriminações. No fim do século XIX, existiam 1.400 estatutos e regulamentos diferentes, milhares de normas, provisões e interpretações judiciais menores, apenas para cercear direitos judeus, único grupo étnico proibido de possuir terra, entrar para o funcionalismo ou chegar a oficial das forças armadas. (FIGES, 1999, pág. 122)

Era uma contradição histórica a ser superada por um país retrógrado, num processo em busca dos verdadeiros cristãos, súditos leais e bons russos que ia à contramão frente aos fracassos comerciais do império e a forma como os banqueiros julgavam que o parlamento (Duma) de fato necessitava de ser eleito e convocado.

Weber, em *A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional* (1906), destaca:

1. Arbitrariedade administrativa
2. A guerra civil crônica
3. A organização policial como antíteses ao que havia sido prometido no Manifesto de 17 de outubro
4. A garantia da inviolabilidade das pessoas
5. A liberdade de consciência, de expressão, de reunião e de associação
6. Ampliação da legislação eleitoral
7. Execução do princípio fundamental de que nenhuma lei entraria em vigor sem o conhecimento do parlamento (Duma)
8. Ao parlamento caberia uma participação efetiva na fiscalização do uso dos atributos legais pelo poder estatal.

Justamente aquela falsidade com que se concedem oficialmente as liberdades com uma mão, e com a outra procuram torná-las ilusórias no exato momento em que alguém julga poder valer-se delas (...). Não se pode tratar uma nação e seus direitos de liberdade política como um brinquedo de esconde-esconde, como se alguém mostrasse uma bola para uma criança e, quando esta tentasse pegá-la, a escondesse nas costas. (WEBER, 2004, pág.122)

A burocracia Russa era fraca, Nicolau assinava a mão todos os decretos imperiais e leis até a promulgação da constituição de 23 de Abril de 1906.

O que restava era um emaranhado burocrático que não se traduzia numa força política coerente. Mas esse novo poder poderia funcionar como instrumento de reforma e modernização, em moldes parecidos com que os identificados por Max Weber no Estado prussiano. Na Rússia, porém, existia mais do que um sistema burocrático ‘racional’. O Estado russo era híbrido, combinando elementos do sistema prussiano com um patrimonialismo ainda mais antigo, o que submetia o serviço público aos caprichos e à intervenção da corte. E isso não permitia o surgimento de um ethos burocrático profissional. (FIGES, 1999, pág.72)

A análise de Weber denuncia um “*relaxamento do funcionalismo*”, este que basicamente abastecido por indivíduos de uma nobreza endividada, ainda leal aos ideais do Czarismo russo, portanto, estão aí as principais causas weberianas do fracasso das intervenções liberais na Rússia.

Para o autor, a incapacidade de governar de Nicolau não se deu apenas por sua personalidade, mas também pelo fato deste ter sido “excluído do ritmo do ‘serviço’ e, pela natureza das coisas, sua ação ficou condenada a uma ausência total de coordenação”. (WEBER, 2004, pág.131)

Não haveria espaço para a transformação de uma velha autocracia em uma moderna burocracia racionalista nos moldes ocidentais. O absolutismo burocraticamente racionalizado, espaço onde não havia especialistas, onde existia uma espécie de guerra institucional entre os departamentos e as cidades, onde se escalava nobres para cargos burocráticos por serem “verdadeiros russos” e não por possuir capacidade de realizar seus trabalhos em seus respectivos cargos sendo assim, uma constante obstrução do progresso legislativo por meio desta burocracia de Conselho Imperial leal aos dogmas do czarismo onde prevalece uma “burocracia imensamente estúpida no campo da política”, o autor vê um espaço desordenado. (WEBER, 2004, pág.138)

Mais uma vez Weber aponta o radicalismo de duas faces e aproveita para novamente criticar a apatia herdada pela burguesia alemã, antes feita em *O Estado nacional e a Política Econômica (1895)* agora



realizada em seu *A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional* (1906), na medida em que:

Sempre que a burocracia proíbe alguma coisa, trata-se de algo muito bom que ela não quer conceder ao povo. Dessa forma, a autoridade não fazia mais que proporcionar uma espécie de higiene mental para os nervos dos agitadores, principalmente dos nossos colegas russos, cuja capacidade de ação deixa bem para trás os conceitos dos catedráticos alemães, acostumados a certo grau de comodidade. (WEBER, 2004, pág.145)

Portanto, uma liderança débil, na medida em que, ainda estava enraizada nos ideais fossilizados do czarismo de um império basicamente rural, tendo sua nobreza decadente e leal a estes ideais e uma burguesia ainda sem forças de articulação partidária, desarticulada pelo Czar, convivendo com uma classe trabalhadora urbana refém de uma “seleção econômica”, uma “legislação regulamentadora” onde o Czar enfraquecia seus ministros, uma “burocracia relaxada”, sem especialistas.

As classes sociais estavam sob um aspecto social desordenado e a liderança política desorganizada propositalmente e ainda encantada com os ideais da autocracia, da igreja ortodoxa e da russificação dos povos ocidentais e das etnias não ortodoxas.

Quanto à tomada de decisão por parte das lideranças russas, Weber deixa claro que qualquer política de taxaço ou expropriação voltada para os camponeses que representavam a grande maioria da população russa viria a causar danos políticos futuros ao império.

O regime burocrático não tem nenhuma possibilidade de seguir esses ideais e muito menos de governar sem respeitar a nobreza e a classe dos latifundiários; um ministro democrático, por sua vez, não disporia de uma autoridade “férrea” e antidemocrática, nem poderia agir indiscriminadamente contra os camponeses. Portanto, uma expropriação forçada em grande estilo deixa ao menos de ser provável, aconteça na Rússia o que acontecer. (WEBER, 2004, pág.155)

Expropriação a base da força policial excessiva geraria aquele radicalismo romântico de duas faces, podendo elevar o preço das terras,

o crédito rural e urbano, isto é, problemas de ordem econômica viriam a desestabilizar qualquer ação política democrática num ambiente autocrático, católico ortodoxo e em constante processo de russificação.

A primeira e a mais absoluta exigência para que pudesse haver um entendimento com as classes abastadas era que a burocracia sacrificasse grande parte das arbitrariedades de seu poder administrativo, mas ela simplesmente não estava disposta a tanto. (WEBER, 2004, pág.162)

Para o autor, o grande problema desse romantismo de duas faces gerado pelo governo russo, fora a mesquinhez dos interesses classistas das classes abastadas que rapidamente abafavam qualquer iniciativa criativa dos *zemstvos*, que representavam os “moderados” dentre a nobreza rural. O Conde Witte, representante da burocracia econômico-liberal que organizou a legislação eleitoral e a representação no Conselho Imperial condenou a burguesia empresarial levando esta a desconfiança na burocracia liberal liderada pelo Conde. Seguiram-se as eleições e para Weber a vitória democrática não tinha bases sólidas tendo em vista os agitadores da extrema esquerda e “o fiel da balança oscilaria somente entre os socialistas e os partidos classistas da burguesia”.

A extrema esquerda venceu, apesar dos falsos boatos de boicote, foram os camponeses que decidiram contra os candidatos moderados e o governo se viu diante de uma maioria “antiburocrática e totalmente radicais em questões sociais e políticas”. (WEBER, 2004, pág. 167)

“Pólvora e chumbo” eram as palavras que rodeavam o drama evidenciado pela abertura e dissolução da Duma, na medida em que veteranos do movimento libertador faziam parte do parlamento e a imprensa dizia não saber se o parlamento era uma instituição estatal ou um clube revolucionário. (WEBER, 2004, pág.170).

O Romantismo czariano entrava em decadência a partir de 1905, empréstimos bancários feitos pelo ministério da guerra visavam à luta contra os inimigos internos, a pacificação estava cada vez mais longe de ser algo palpável, a desvalorização do Czar e de seu absolutismo policial só poderiam gerar mais desorganização na máquina estatal.

No meio da poeira levantada pela burocracia, é difícil enxergar os elementos com os quais se pudessem governar de maneira civilizada. Estamos convencidos de que a brusca oposição criada entre as classes sociais dará necessariamente uma característica reacionária a qualquer tentativa de buscar apoio entre as classes abastadas. (WEBER, 2004, pág.178)

Max Weber não aponta um culpado exclusivo. Não foi a Duma “politicamente incapaz”, não foi apenas Nicolau II e sua falta de visão ou liderança ou a maturidade de uma nação para com um novo regime político baseado nos princípios constitucionais. Weber questiona sobre a *maturidade das pessoas em posição de liderança* a par de conduzir o país, portanto, a herança econômica – política -cultural é um fator importante na análise dos textos sobre os estudos políticos da Rússia. São as classes sociais e suas divergências não resolvidas que marcam a política e a herança de um governo.

Assim como não é possível promover uma revolução por baixo sem a ajuda ou ao menos a tolerância da burguesia, também não é possível levantar um dique à violência sem antes obter o seu apoio. (WEBER, 2004, pág.180)

Weber, com os “olhos de puro realismo político” no final de *A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional* (1906), já relata uma preocupação que viria a ser desenvolvida nos textos posteriores, isto é, a questão do “autêntico grande líder político” e defende a noção de que o “agradável vizinho” sensível ao instinto das massas seria também um vizinho intranquilo devido aos fatos narrados por ele em 1906. A revolução Russa de 1917 é a prova dessa intranquilidade ou do que Weber chama de “tipo nervoso e excitado do radicalismo russo” que viria a tona na história desta nação e que teria grande influência na história da civilização moderna.

No entanto, o autor está preocupado em buscar uma classe dirigente e, ainda não, um líder, de 1895 até 1906, a liderança política em Max Weber se dá em uma direção. A classe social qualificada para liderar um projeto político de estado.



### 3. A LIDERANÇA COMO QUESTÃO INSTITUCIONAL

“A máquina sem vida é espírito materializado” (WEBER, 1993, pág.53).

O texto *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos* (1917) considerado como um tratado político é uma reunião de artigos publicados no jornal *Frankfurter Zeitung*. A princípio aos olhos do leitor parece mais uma grande crítica aos intelectuais, literatos e acadêmicos *diletantes* que têm por “esporte atacar o parlamentarismo” e ocupam-se em “fabricar ideias, pelas quais os homens nos campos de batalha deveriam sangrar e morrer” (Weber, 1993, pág.23/24)

Weber assume que “acima da democracia e do parlamentarismo, estão os interesses vitais da nação” (Weber, 1993, pág.26), entretanto é de vital interesse da nação sua qualificação ou condicionamento para com as questões políticas de sua terra, não é preciso dizer que a parlamentarização e a democratização enquanto procedimentos racionais de organização do poder eram tão vitais quanto a própria defesa ou não de tais procedimentos, ou seja, enquanto ação social direcionada a uma causa ou ação racional com relação a fins há uma confusão interpretativa ou pejorativa acerca do nacionalismo weberiano em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*(1917). Isto é, partindo-se da própria sentença “acima da democracia e do parlamentarismo, estão os interesses vitais da nação”, a saber, os interesses vitais da nação têm uma hierarquia, porém, jamais se desgrudam da concepção weberiana de educação política (Sell, 2011) que é veículo e vincula os processos de racionalização nos territórios dos estados que, em 1917, após a unificação são observados e interpretados sem rastros ou recortes epistemológicos. (Schluchter, 2011)

### 3.1 A HERANÇA DE BISMARCK

A situação parlamentar, e, portanto, política, institucional e partidária é considerada pelo autor como *herança* do longo domínio de Otto Von Bismarck sobre a Alemanha e da já comentada apatia com que Weber notou na nação Alemã frente ao estadista *Eiserner Kanzler* (chanceler de ferro) que comandou de forma militarista e nacionalista o Império de 1871 a 1890.

No início da leitura de *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada* (1917), Weber quer nos situar sobre o grande erro do *grande líder* que “estimulara conscientemente esta nulidade política do parlamento e dos políticos de partido”, (Weber, 1993, pág.31) na medida em que Weber levanta a questão: “Qual dos grandes partidos, seus antigos aliados, pediu sequer uma justificativa para sua exoneração?”.

Não somente políticos conservadores deixados no poder após a exoneração de Bismarck em 1890, como o próprio Weber reconhecia “a imensa superioridade intelectual de Bismarck” (Weber, 1993, pág.32), “um gênio só aparece, e com muita sorte, a cada século” reconheceu Max Weber em seu principal ícone de personalidade política, justamente em uma forma híbrida de pensamento, admirando seus acertos no comando das ações de Estado e rechaçando seus erros enquanto liderança *intelectualmente superior*. Weber admirava tanto quanto criticava Bismarck, pois praticamente todos os intelectuais alemães da época tinham como referência de análise política, as decisões tomadas por este grande estadista.

Novamente, nos intelectuais brasileiros apresentados como referência bibliográfica, Maurício Tragtenberg oferece uma leitura desta aparente contradição no pensamento de Weber, ao parecer amar o odioso *pai* da nação alemã.

A dualidade de Weber é o reflexo da ambiguidade do liberalismo alemão: durante o transcorrer do século XIX, fora ele dramaticamente dividido entre suas aspirações nacionalistas – que o levaram a colaborar com a *Realpolitik* de Bismarck – e seus ideais liberais no plano da política interna e da economia, que o levaram à oposição. (TRAGTENBERG In WEBER, Max. 2005,pg.9)

Bismarck governava com o partido de centro nas mãos, “um partido que se sustentava em forças fora do parlamento”. Weber via a

*Realpolitik* bismarckiana utilizando métodos militares ligados a interesses políticos- partidários para desacreditar os nacional – liberais e “tornar o parlamento e os partidos liberais suspeitos de inimigos do exército”. (WEBER, 1993, pág.32/35)

O político de resultados (*Realpolitik*) do qual Weber muitas vezes se refere contrapõe a sua própria maneira de admirar de certa forma o grande demagogo que foi Bismarck. Para uma liderança onde “os homens não o obedecem em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele”, portanto legitimado não somente pela tradição cultural do Imperialismo herdada ao longo dos séculos, mas justamente por esse espectro carismático da *superioridade intelectual legitimada*, Weber em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada* (1917), critica os partidos políticos e seus homens, a máquina burocrática e sua ineficácia técnica. (WEBER, 2004, pág.57)

Esse líder legitimado, amado e odiado, rejeitou leis de proteção ao trabalhador, colocou a polícia para aniquilar sindicatos e praticou uma política anticatólica ou política de Estado protestante prussiano, onde o “pequeno burguês provinciano era forjado de sua consciência política”, pois o crítico autor deixa claro que “do ponto de vista meramente político, democracia social” significa o ato do Estado e, portanto das pessoas por traz de suas ações institucionais, de compartilhar o espírito que há na honra em manifestar-se livremente. Para Weber somente a *educação e participação política das massas* possibilitaria um salto de *qualidade na liderança política*, isto é, o “aprendizado do discernimento político” é um dos fatores fundamentais na vida moderna racionalizada, discernimento este que foi ignorado por Bismarck. (WEBER, 1993, pp. 36/37).

A democracia racionalizada moderna a qual Weber se refere, era dependente de uma burocracia que deveria ser tecnicamente eficiente e refém de um sistema político representativo onde a *qualidade dos representantes* assim como a *qualidade dos funcionários* seria fundamental para a *qualidade de toda a ordem social*.

A liderança carismática monarquista militarista de Otto Von Bismarck deixou “uma nação sem qualquer formação política”, “uma nação sem qualquer vontade política, acostumada a ver o grande estadista, lá no alto, a cuidar da política em seu lugar”. (WEBER, 1993, pág.38)

A herança no plano político é direcionada a “um parlamento completamente impotente” submisso a uma burocracia reinante.

Os políticos no parlamento e os funcionários na máquina burocrática deveriam ser bem treinados, os segundos mais

especializados e técnicos, os primeiros movidos mais por princípios e responsabilidade, o que não ocorria há tempos na Alemanha de Weber.

Essa visão racionalista do autor toma como ponto de partida o cálculo nas empresas capitalistas e da necessidade de supor, prever e projetar “normas gerais sólidas” como forma de interpretação do alicerce dos organismos públicos e privados modernos sejam de caráter político, econômico, cultural ou militar. Por isso para Weber, “aumentar a ‘socialização’ significa, inevitavelmente, também burocratização crescente”. (WEBER, 1993, pág.43)

É neste sentido que o Weber parlamentarista a partir de *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada (1917)*, irá concentrar suas energias intelectuais nas figuras dos homens especializados e como um burguês “educado nas concepções e nos seus ideais”, irá buscar sempre averiguar a figura do mais competente, do mais capacitado, do mais adaptado para o cargo, seja político ou burocrático, pois ambas não podem andar de muletas já que estão órfãs de uma vontade e formação política digna da nação alemã. (WEBER In COHN, Gabriel (org.), 1999, pg.74).



### 3.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos são o alvo inicial do autor e para tanto este dá sua definição em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada* (1917):

A existência dos partidos não está subordinada a nenhuma constituição de (pelo menos entre nós) a nenhuma lei, apesar de serem hoje os portadores mais importantes da vontade política dos que regem a burocracia, os “cidadãos”. De fato, os partidos, mesmo que empreguem muitas forças para prender sua clientela cativa, são, essencialmente, organizações criadas voluntariamente e baseadas num recrutamento livre e necessariamente sempre renovado, em contraposição a todas organizações cerceadas legal ou contratualmente. Atualmente, seu objetivo é continuamente o de angariar votos para seus candidatos em eleições ou em colégios eleitorais. (WEBER, 1993, pág.44)

Assim como na célebre introdução de Gabriel Cohn em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada* (1917):

Weber descrê da soberania popular, e leva ao pé da letra a frese de Rousseau, segundo a qual na representação política o povo só é “soberano no momento de eleger, e deixa de sê-lo no dia seguinte” (COHN, in WEBER, 1993, pág.18)

Os partidos políticos e sua atuação no parlamento de forma adequada, profissional, especializada, capacitada a uma determinada *qualidade nas tomadas de decisões* será discutida no terceiro capítulo, onde o autor irá distinguir os conceitos norteadores do político moderno, conceitos estes que se ligam diretamente às suas teorias das legitimações ou teoria da dominação.

Entretanto, a representação popular era para Weber um direito inalienável, criticava os intelectuais alemães de sua época ao averiguar que era impossível acabar com a luta partidária, sendo essa a única forma de representação popular ativa, e, portanto, a única forma de fortalecer as “regras do jogo”.

Para o autor o ideal é que os partidos políticos combinem duas formas, sua forma estrutural baseada no ganho de votos e sua forma ideológica. No entanto, ambos têm por objetivo primeiro barganhar cargos políticos e burocráticos com a intenção de praticar uma constante política de influência, ocupando espaços, negociando territórios, a *luta* da qual Weber denuncia jamais ser possível ser retirada da vida política de uma sociedade moderna é a *luta política partidária* vital a qualquer Estado moderno.

Todos os partidos, no decorrer do século XIX e XX passaram por uma severa transformação interna, racionalizando seus procedimentos de ação, sua técnica de campanha eleitoral. Aqui Weber relata a burocratização dos partidos políticos modernos. (WEBER, 1993, pp.48/49)

Neste texto é possível averiguar novamente o interesse de Weber na Rússia, pois em sociedades onde os cargos políticos e burocráticos são ocupados por membros honoríficos, sem *qualidade* para tocar as dificuldades do árduo trabalho técnico do cotidiano não servem mais para o modelo racional de política moderna ocidental.

Um dos trechos mais impressionantes em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada (1917)* e que certamente nos remete à angústia ou mal – estar dos dias atuais segue-se abaixo:

Assim como os italianos, e depois deles, os ingleses desenvolveram magistralmente as modernas formas capitalistas, os bizantinos e, depois deles, os italianos desenvolveram os estados territoriais do absolutismo, os revolucionários franceses a centralização e, finalmente, superando todos eles, ao alemães a organização burocrática especializada, racional, baseada na divisão do trabalho em todas as organizações patronais, da fábrica às forças armadas e ao Estado, só se deixando suplantado, por enquanto e parcialmente, por outros países, especialmente pelos Estados Unidos, na técnica da organização partidária. A guerra atual, porém, significa, sobretudo, o predomínio dessa organização social em todo o mundo. Ela já está mesmo em andamento. Universidades, escolas profissionalizantes, academias militares, escolas técnicas de todos os tipos possíveis de serem imaginadas. (WEBER, 1993, pág.50)

### 3.3 BUROCRACIA

Max Weber em 1917 denunciava um sistema burocrático inexorável onde o mérito era a chave e a *qualidade* na condução da vida racionalizada, era a porta de entrada em uma sociedade moderna cuja cultura sustenta todo seu estilo político e racional burocrático de existência. (WEBER, 1993, pág.51/52)

A dominação legal ou autoridade institucional racional legítima é exposta em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada (1917)* de forma clara, ao apurar na sociedade alemã, os princípios de hierarquia oficial, a disciplina e o controle do serviço, as regras técnicas de execução, as normas de qualificação profissional e o princípio da separação absoluta entre o quadro administrativo e os meios de administração e produção. (WEBER, 2004, vol. I pág.142/144)

“A máquina sem vida é espírito materializado” (WEBER, 1993, pág.53). Pode-se destruir o capitalismo privado, mas a burocracia estatal reinaria sozinha. Eis o *link* com os estudos políticos sobre a Rússia a que o autor se debruçara em 1906 e que retornaria a trabalhar em 1917 com o texto *A transição da Rússia à pseudodemocracia (abril de 1917)*. Numa sociedade de massas a burocracia especializada é “incomparavelmente mais eficiente do que qualquer outra estrutura de dominação”.

Weber demonstra uma preocupação especial em relação a máquina burocrática alemã ao se referir que “desde a queda do Príncipe Bismarck, tem sido governada por funcionários”. Sua preocupação era novamente em relação à *qualidade da liderança* que deveria ser política e não burocrática, no entanto Bismarck afastava de si todas as cabeças políticas como um típico Czar atento a qualquer postura de liderança que poderia vir a confrontar-se com a sua. O mais interessante é que Max Weber ao escrever sobre a direção política na Alemanha importa-se em frisar que faltou ao Estado alemão um político profissional e não um gênio político, daqueles que só aparecem uma vez em cada século. O que ele quer dizer com isso? (WEBER, 1993, pág.56)

Um monarca não tem condições de controlar a administração pública, pois a educação que estes monarcas têm por tradição não é compatível com a forma de gestão governamental burocrática moderna. A racionalização necessitava agora de profissionais formados em outras instituições já organizadas de forma racional com relação a tal finalidade, isto é, a monarquia não cabia mais numa ordem sistêmica racionalizada, onde profissionais especializados eram cada vez mais

capacitados para exercer determinadas funções das quais a vontade de centralização política de um monarca estava totalmente fora de contexto.

A Rússia entra novamente como um caso análogo, pois da mesma forma como Nicolau II não possuía capacidade ou não tinha *qualidade* para governar sua nação, para Weber, de certo modo, Bismarck também não tinha.

De fato, basta pensar um pouco na Rússia, para se constatar que a transição para a monarquia parlamentarista desejada pelos políticos liberais, por um lado, teria mantido a dinastia, por outro, teria destruído o domínio manifesto da burocracia e contribuído para o fortalecimento da Rússia. (WEBER, 1993, pág.57)

Para o autor, um monarca nunca se forma politicamente no embate partidário, o parlamento seria um ambiente estranho a qualquer monarca no final do século XIX e a partir do século XX. As regras do jogo político ou da *luta* política não são aprendidas na pele de um sujeito que esta em posição privilegiada e “à margem das brutalidades da luta”.

Atualmente, o monarca que não tiver um parlamento forte a seu lado para controlar o desempenho dos burocratas dependerá, para isso, de relatórios de outros burocratas. Nessas circunstâncias, tudo ficará reduzido a um círculo vicioso. As lutas constantes de um setor do governo contra o outro, que eram típicas na Rússia e também perduram até hoje entre nós, são a consequência natural de um tal regime pretensamente “monárquico”, ao qual falte um dirigente político. (WEBER, 1993. pág. 58)

Os modernos instrumentos de poder devem ser sabiamente tocados por uma *liderança capaz* a princípio de compreender esse processo racional ao qual o autor se refere e que está impregnada no cotidiano político dos partidos burocratizados em busca de cargos e na luta por votos, no parlamento e sua luta por maior influência em ministérios e verbas públicas.

### 3.4 O PAPEL DO PARLAMENTO

A *questão da liderança* em Weber passa fundamentalmente pela capacidade de apreender esses processos racionais na vida de todos os indivíduos dentro do território do Estado e fora dele, pois a razão de Estado perpassa pela luta político-econômica entre Estados. Sobre o parlamento e a burocratização enquanto sistema legítimo de dominação Weber em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada (1917)* descreve:

Os parlamentos modernos são, primordialmente, órgãos representativos de indivíduos governados por meios burocráticos. Afinal de contas, um mínimo de aprovação por parte dos governados, pelo menos da parte socialmente importante deles, é pré-condição da duração de toda dominação, mesmo daquela que for melhor organizada. (WEBER, 1993, pág.59)

A luta partidária não é em vão, a busca por cargos no parlamento tem por objetivos técnicos governamentais o processo decisório sobre critérios orçamentários, critérios sobre arrecadação de impostos, no entanto, o autor deixa evidentes os conceitos de *participação positiva e participação negativa ou política negativa* no universo parlamentar. Isto é, caso o parlamento exerça uma política de negação de verbas, recusando aprovação de leis indo na contramão às reclamações da população, “assumirá uma postura inimiga perante os dirigentes do poder executivo” exercendo assim, uma *política negativa* e sendo apenas considerado um estorvo ou “sabichões impotentes”.

O controle parlamentar da administração e a responsabilidade parlamentar dos dirigentes são de fundamental importância para que se faça uma *política positiva*, ou seja, uma política onde “os dirigentes dos partidos decisivos atuantes nos parlamentos são coparticipantes necessários e positivos do poder do Estado”, atuando de uma forma a não jogar a população contra a burocracia e muito menos levar a apatia política geral da nação. No que tange à liderança política, partidos políticos e burocracia o trecho abaixo resume bem o que Max Weber entende por *qualidade da liderança* no ambiente parlamentar:

Toda luta parlamentar é, naturalmente, não somente uma luta por questões objetivas, mas, igualmente, é uma luta pelo poder pessoal. Sempre que a estrutura de poder do parlamento exija que o monarca, com certeza, dê ao homem de confiança da maioria decidida a incumbência de dirigir a política, essa luta pelo poder dos partidos estará dirigida a que se alcance esse cargo político máximo. Então, serão as pessoas com grande instinto político de poder e com as mais fortes qualidades políticas dirigentes que entrarão nessa luta, e que, portanto, terão a chance de alcançar os postos máximos. Pois, a existência do partido no país e todos os incontáveis interesses ideais e, em parte materiais, ligados a essa existência exigirá que personalidades com capacidade de direção cheguem ao topo. Assim, existe, e somente assim, o estímulo a que os temperamentos e talentos políticos se submetam à escolha dessa guerra de concorrência. (WEBER, 1993, pág.61)

Novamente seria importante salientar palavras como *instinto político, personalidade com capacidade de direção, estímulo, influência, temperamento e talento político*. Palavras estas que compõem a *paixão* que o político profissional deve ter e que será estudada no terceiro capítulo. Não é pretensão de o presente trabalho entrar na questão linguística ou psicológica sobre os termos ou a forma como são empregados pelo autor, entretanto, o ponto de vista de Weber fica claro ao averiguar em seus trabalhos sua preocupação com a responsabilidade do político profissional. Não é qualquer um que pode gerenciar uma empresa, assim como não é qualquer um que pode gerenciar interesses objetivos de um partido ou de um parlamento ou de uma nação. A história de vida do indivíduo em questão é peça chave para interpretar a *qualidade* desse indivíduo em tomar decisões.

Para o autor, em virtude da necessidade de uma educação política enquanto política pública que deveria superar uma herança de apatia legada por Bismarck, em seu tempo, isto é, em 1917, não haveria como pensar que um indivíduo com certa personalidade voltada para costumes antiquados pudesse atingir objetivos positivos em cargos altos em política partidária e, portanto, parlamentar. Para tanto, Weber enxerga na Alemanha, um “sistema de apadrinhamento de cargos” na medida em que a nação é governada por funcionários a responsabilidade política pela administração esta falida.

Outro trecho importante de *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada (1917)* que demonstra bem a noção de *ética da convicção e ética da responsabilidade* que será tratada no próximo capítulo aparece num momento do texto em que Weber novamente critica os literatos de sua época:

Eles nunca entenderão que os dirigentes parlamentares não buscam o cargo devido à sua remuneração e ao seu nível hierárquico, mas o poder e as responsabilidades políticas que ele traz consigo, e que eles só poderão ter esse poder se eles tiverem raízes junto aos seus seguidores no parlamento. (WEBER, 1993, pág. 64)

### 3.4.1 O Controle da Administração

Nos dois textos apresentados como capítulos, respectivamente *A herança de Bismarck* e o *Domínio dos burocratas e liderança política*, Weber nos apresentou sua crítica sobre o legado bismarckiano e uma Alemanha liderada por funcionários e não por políticos. Entretanto, o autor, não nega a existência de talentos na política alemã, porém, estes talentos estariam servindo cada vez mais ao capitalismo privado, ou seja, a *qualidade de liderança* abafada pela prática autoritária legitimada de Otto Von Bismarck estaria migrada para as grandes empresas, bancos, cartéis, empreendimentos comerciais e conglomerados industriais. Por que isso ocorreu?

Segundo Max Weber:

A natureza de um funcionário administrativo moderno é totalmente desfavorável ao desenvolvimento de um pensamento próprio, o que deve ser diferenciado de liberdade individual. Verdadeiramente, a natureza de toda política é, como ainda salientaremos muitas vezes, luta, recrutamento de aliados e de simpatizantes. Para isso, para se exercitar nessa arte difícil, o plano de carreira do nosso funcionalismo não oferece a mínima chance. (WEBER, 1993, pág.67)

Tais talentos com *qualidade de liderança*, migrados para o setor privado teriam sido abafados por personalidades locais ou como Weber chama “figurões” que ao estarem no parlamento fazendo uma política negativa o que para o autor “é natural que isso aconteça num parlamento sem poder, limitado a fazer oposição por oposição”, era o fruto colhido da política de abafamento do Chanceler de Ferro do Império. (WEBER, 1993, pág. 68)

Neste momento do capítulo II *Domínio dos burocratas e liderança política*, Weber coloca o leitor a par do princípio das minorias, clássico pensamento elitista que segundo o próprio autor é “inevitável em sociedades de massas”. Ou seja, o abafamento de grandes talentos, de jovens talentos é uma característica da política moderna, política moderna que é elitista por excelência. O que significa dizer isso, no âmbito partidário?

Significa que essas minorias, esses “figurões” capacitados ou não, quando atingem seus objetivos, determinam as regras do jogo



político e fazem da luta política, para aqueles que possuem apenas o talento, uma necessidade incansável de busca por recrutamento de aliados e simpatizantes dentro dos próprios partidos, lutando contra as minorias ou contra os “figurões” para poderem se estabelecer e continuar lutando para que exerçam alguma influência sobre os processos decisórios e, muitos destes talentos, desistem no meio da estrada, indo desaguar suas aptidões de liderança no capitalismo privado.

O que, de fato, importa é que esses interesses individuais, às vezes por demais individuais, tenham pelo menos, o efeito de motivarem uma seleção que não iniba a escolha de indivíduos com qualidades de liderança. Num partido isso somente será possível se o poder e a responsabilidade de Estado acenarem para os seus dirigentes em caso de êxito. Somente assim isso será possível, não estando, porém, assegurado. (WEBER, 1993, pág.70)

Para isso apenas um “parlamento realizador” onde uma política positiva capaz de “controlar a administração participativa” poderia assegurar melhores realizações por parte de personalidades com capacidade para a tomada de decisões. Entretanto, o parlamento alemão era movido por políticas negativas e para combater isso, novamente Weber compõe o quadro do político capaz de controlar o burocrata.

A força da burocracia reside em seu saber técnico, como antes dito, adquirido em instituições educacionais racionalmente estruturadas para tais procedimentos de formação de especialistas em conhecimento técnico.

Para o autor, no caso do Parlamento Imperial Alemão, condenado à ignorância e ao constitucional diletantismo, os dirigentes políticos não tinham, por lei, força para obter o conhecimento técnico necessário para o controle da burocracia:

Pois, modernamente, formação técnica especializada é pré-condição essencial para o conhecimento de meios técnicos necessários à conquista de metas políticas. Porém, estabelecer essas metas políticas não é um assunto técnico, e o funcionário de carreira como tal, não deve decidir sobre a política a ser seguida. (WEBER, 1993, pág.74)

Os cargos do baixo funcionalismo são controlados pelos cargos mais altos, no entanto, na Alemanha do tempo de Weber, o alto funcionalismo estava a controlar e decidir certos rumos políticos que, para o autor, são resultado da ingerência no comando do Estado e que por direito à arguição e reformas na constituição, além de formação política dos parlamentares, tal funcionalismo controlador deve ser impedido, pois burocratas não devem decidir os rumos da política de um Estado.

Weber compara o funcionalismo e o alto nível de educação política da Inglaterra em referência à Alemanha para ressaltar a imaturidade política, herança bismarckiana, que provocou uma submissão voluntária do povo alemão e do parlamento ao poderio burocrático.

Para provar suas aptidões na qualidade de político realizador, é necessário que durante a carreira parlamentar, o político tenha um árduo trabalho em comissões e instâncias da administração para que com o aprendizado de seu ofício junto aos funcionários de carreira, possa garantir “o constante controle da administração e, através desse controle, a educação e a formação de líderes e liderados”. (WEBER, 1993, pág. 76)

### 3.4.2 Responsabilidade Parlamentar e Política Negativa

Muito mais do que quarenta anos de política negativa foram o efeito da herança de Bismarck, que abafou os partidos, o parlamento e a representação popular na Alemanha, colocando os burocratas numa posição de prestígio. Novamente o autor critica os intelectuais de seu tempo, que acreditavam que o parlamentarismo era impossível na Alemanha, pois o que era óbvio para Weber era que o que tinha falhado era a burocracia estatal tentando dirigir o parlamento, fazendo com que os verdadeiros políticos de ação tornassem personalidades incapazes de praticar uma política participativa ou política positiva. Incorrendo em erro, a burocracia estatal ambiciosa em sua liberdade de controle, não tinha *qualidade para liderar*, pois técnicos executam, políticos tomam decisões.

O político profissional pode ser um homem que viva literalmente da política e de suas manifestações, suas influências e suas chances. Pode, também, ser alguém que viva para a política, e, somente nesse último caso, ele pode vir a se tornar um político de grande envergadura. Naturalmente, é mais fácil para alguém que viva de rendas seguir essa trajetória, estando sempre “disponível e não tendo qualquer ligação de dependência no mundo dos negócios (...).” Caso contrário, teremos, apenas funcionários assalariados de partido e representantes de interesse disputando cargos. (WEBER, 1993, pág.85)

Max Weber se volta novamente para o exemplo da Inglaterra e seu sistema bipartidário. Para Weber a Inglaterra de seu tempo é um exemplo de governabilidade, pois ao contrário da Alemanha de seu tempo, lá, os partidos atuantes na direção da máquina estatal assumem a responsabilidade parlamentar, ou seja, fazem política positiva, através de coalizões participativas, o que não ocorria na Alemanha.

Segundo o autor, o partido Social Democrata estava impedido de participar de qualquer coalizão no governo devido à sua maneira pseudorevolucionária e a certas teorias evolucionistas. O partido de Centro permaneceu cético em relação ao parlamentarismo e cedeu lugar ao apadrinhamento à Igreja Católica desde os tempos da luta cultural travada por Bismarck contra os católicos. Tal postura do partido de Centro só fez crescer o poder dos burocratas ao longo do tempo.

O apadrinhamento não é oficial, pelo fato de não ter nenhuma responsabilidade, a pior de todas as formas de protecionismo parlamentar, estimulando a mediocridade. Ele é a consequência da dominação burocrática conservadora, cuja continuidade depende desse sistema de gorjetas. (WEBER, 1993, pág.88)

Em relação ao Partido Nacional Liberal Weber apenas entra na questão do interesse do grande capitalismo na manutenção dos burocratas no poder, pois suas conexões e interesses corporativos estariam mais seguros no momento em que forem à mesa em discussão com técnicos ao invés de compartilhar tais interesses com políticos profissionais que deverão responder por suas ações.

Em *A direção burocrática na política externa*, capítulo IV, dos textos selecionados em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada (1917)*, assim como no capítulo III, intitulado *A transferência da administração e a seleção dos dirigentes políticos*, Weber continua a explorar o universo do comportamento dos funcionários. Contudo, a figura do Chefe de Governo, do Monarca, entra em discussão na medida em que a *honra política* vinculada, evidentemente à noção de responsabilidade política toma outro grau no debate.

O autor indaga a questão da comunicação interior e exterior envolvendo as figuras do monarca e dos políticos profissionais no que tange à política externa. Não somente as palavras do monarca e do estadista são escopo de estudo, mas o efeito e resultado de guerras e posturas em política internacional são questionadas por Weber neste capítulo IV.

Publicações de discursos de políticos em conferências teriam colocado a Alemanha em situação desonrosa perante a comunidade internacional nos tempos de guerra pré- 1914; e como escrito por ele em sua célebre conferência na Universidade de Munique, texto intitulado *Política como Vocaçào*, “uma nação perdoa se seus interesses tiverem sido prejudicados, mas nenhuma nação perdoa se sua honra tiver sido ofendida”. (WEBER, 2008, pág.82)

Weber questiona a falta de atuação dos partidos no Parlamento Imperial e a capacidade de influência dos mesmos em aceitar tais sentimentos bélicos e tais discursos acusando a Alemanha de “se esconder atrás do monarca”, denunciando esquerdistas e conservadores, literatos e políticos no que se refere à irresponsabilidade em questões “diplomáticas embaraçosas” que teriam assentado a Alemanha, perante

os olhares do mundo como uma eloquente “autocracia” fraudulenta mistificada por constantes “falatórios”. (WEBER, 1993, pág.98/99)

O autor reitera que a causa desse infortúnio histórico é de exclusividade da direção burocrática e conservadora, ou seja, da Alemanha governada por funcionários. Atestando aqui, para o referencial ou o diferencial vertiginoso entre o funcionário e o político. A subordinação sistêmica do primeiro em relação à responsabilidade como honra no dever da função do segundo.

O abismo que separa o político do burocrata é especialmente claro aqui. O burocrata deve sacrificar suas próprias convicções às exigências da obediência. O dirigente político tem que rejeitar publicamente a responsabilidade por negociações políticas que estejam em desacordo com suas convicções, devendo mesmo sacrificar o cargo por elas. (WEBER, 1993, pág.99/100)

O comportamento do funcionalismo é analisado por Weber como essencialmente burocrático e conservador, portanto, prejudicial à política positiva de um Estado moderno, na medida em que, o conceito de “segredo de serviço” ou “sigilo profissional” é a vareta nas mãos de um maestro, ou seja, os poderosos burocratas não deixariam seus cargos, pois “não faltaria quem se prestasse ao mesmo papel” e não teriam, em virtude da regra do segredo profissional do cargo, que prestar contas a ninguém por qualquer “responsabilidade material pelas publicações” e pelas ações no plano das políticas externas.

A passagem a seguir define bem o panorama alemão acima descrito:

Mas nos postos que deveriam pertencer a políticos, os burocratas não só andaram falhando por decênios, mas, também, transferiram, para salvar a própria pele, para a pessoa do monarca o ódio despertado pelo seu desempenho, completamente desorientado politicamente, ajudando, assim, a atrair para nós o repúdio mundial, o qual, sem a grande atuação das nossas forças armadas, poderia ter custado a coroa ao monarca; e a Alemanha, porém, todo seu futuro político. (WEBER, 1993, pág.101)

O autor chama a atenção para possíveis responsabilidades institucionais que deveriam ser assumidas pelo chefe de Estado no que

tange a publicações do monarca, isto é, com base numa constituição, responsabilizar alguém por lei pelas palavras desastrosas de um monarca que, como vimos na visão de Weber, não tem sequer educação no embate político para ter a noção de responsabilidade sobre seus atos perante a opinião pública internacional.

O que o autor trata como um “habito da burocracia” em enfraquecer a influência do parlamento, advinda de uma tradição pseudomonárquica baseada nos fundamentos da demagogia bismarckiana, que tinha como interesse exclusivo conservar postos políticos e, com isso, manter o aparato burocrático estatal a serviço de interesses conservadores deveria ser contido por lei, pois era exatamente tal postura que viria a ser a grande problemática do “fim da monarquia e não o excesso de democracia” como alguns dos literatos de seu tempo haviam dito.

### 3.4.3 Racionalização Eleitoral e Democratização

Pelo fato de em *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada* (1917) ser, de fato, uma série de artigos reunidos e publicados no jornal *Frankfurter Zeitung*, o quinto artigo ou o capítulo V, *Parlamentarização e Democratização* denuncia o pensamento de Max Weber sobre o fato de a existência e o poder formal do parlamento não estarem ameaçados por uma democracia sob a égide do sufrágio universal. (WEBER, 1993, pág.108)

Novamente Weber elabora uma análise política comparada, Inglaterra, França e Espanha servem de exemplos de contraposição à questão do parlamentarismo ser, frequentemente interdependente e até mesmo conviver em oposição ao processo de democratização.

Weber explora o universo do bipartidarismo Inglês e Francês para concluir que “o sistema bipartidário é impossível até devido à divisão das camadas econômicas modernas em burguesia e proletariado e à importância do socialismo como um evangelho de massas”, além do constante processo de burocratização dos partidos e da diferenciação, no caso alemão, de díspares distribuições distritais de votos e sua relação com o fato de na Alemanha, para Weber, coexistirem, cinco partidos em constante luta num governo de coalizão junto a uma monarquia existente. (WEBER, 1993 pág.108)

Porém, o sistema de atribuição de cargos nos partidos é insustentável em todos os lugares fora das regiões agrárias de latifúndios patriarcais, porque a moderna propaganda de massas torna a racionalização da máquina partidária, os funcionários, a disciplina, as finanças, a imprensa e a publicidade do partido a chave do sucesso eleitoral. (...) Forma-se toda uma literatura partidária, financiada pelos mesmos fundos compostos por doações de interessados que compram jornais, fundam agências de publicidade e assemelhados. (WEBER, 1993, pág.109)

A racionalização em busca do sucesso eleitoral esta vinculada a um jogo de interesses onde desde os jovens recrutados dos partidos até os “figurões” promovem uma organização racional onde o aparato burocrático partidário dependente economicamente de certos setores apoiadores, eleva-se a tal ponto que “diminui a influência das figuras honorárias” (WEBER, 1993, pág. 109)

O autor destrincha a burocracia partidária de sua época, partindo-se dos novos recrutados, suas funções, até o eleitor comum, que não tendo ligação organizacional, vota com base nas decisões tomadas pelo núcleo dirigente partidário que tem como aparato, toda uma estrutura organizada que vai desde cooperativas de consumo, sindicatos até agências de publicidade e jornais impressos.

Os principais meios de recrutamento são reuniões públicas. A atividade dos filiados é limitada. Frequentemente eles fazem um pouco mais do que pagar suas contribuições, manter a imprensa partidária, comparecer regularmente às reuniões às quais compareçam os oradores do partido e participar moderadamente nos trabalhos das eleições. Em troca, eles participam, pelo menos formalmente, da decisão sobre as eleições da direção local do partido e dos homens de confiança e, dependendo do tamanho da cidade, direta ou indiretamente da escolha dos delegados às convenções partidárias. (WEBER, 1993, pág.110)

Delicadamente o autor dedica algumas páginas para relatar a forma de funcionamento do aparato dos diferentes partidos alemães em especial o Partido de Centro, o Partido Nacional Liberal e o Partido Social - Democrata, no entanto, com poucas diferenças de estilo de atuação entre os respectivos partidos.

Weber está interessado em averiguar o interesse do mecenas partidário nos partidos burgueses, seja de esquerda ou de direita, o que nesse caso, recai no direito ao voto universal e a constante necessidade de barganha.

Por mais diferentes que seja a estrutura interna dos partidos alemães, em todos os casos, a burocratização e a racionalização das finanças acompanham a democratização. Isso, porém, faz com que seja necessário um trabalho mais contínuo e rigoroso para se conseguir votos do que era conhecido no velho sistema de partidos honoríficos. (WEBER, 1993, pág.112)

Para Max Weber a falta de respeito no embate eleitoral não interfere no grau de parlamentarização, muito menos em relação ao direito de voto, é mera consequência das eleições de massas sob a égide da modernização em constante processo de racionalização. O que o



autor discute aqui é a necessidade de políticos profissionais envolvidos no processo de racionalização do partido e, portanto, do parlamento. (WEBER, 1993, pág. 112)

O político que *vive da política*, do ponto de vista material, sendo, para Weber, “trabalhadores” de partido e, portanto, funcionários da política são servos subalternos da racionalização, já o político que *vive para a política* estaria mais próximo da ideia de político profissional, pois inicialmente proveria recursos próprios tanto para campanha eleitoral quanto para seu sustento político partidário e durante o mandato. Este, também além de mecenas partidário resguardaria seu idealismo e caráter negando o “sigilo do cargo” tão severamente beneficiado pelos funcionários burocratas no poder. (WEBER, 1993, pág. 113)

Muito embora tal ponto seja de suma importância nas democracias parlamentares desde o tempo de Weber (1864 – 1920), é a pressão da democratização e a importância dos políticos profissionais e dos burocratas que surge como grande questão, ou seja, a *qualidade* dos profissionais da política envolvidos no processo contínuo de democratização moderna determina a *qualidade* institucional.

Basta um exame rápido do pessoal das organizações burocráticas, incluindo mesmo os melhores corpos de oficiais, para constatar que o reconhecimento interno dos subordinados de que seu superior, principalmente do superior recente que fez carreira rápida merece realmente seu cargo não é regra, mas a exceção. (...) Experiências sem conta que cada um pode fazer, porém, ensinam que as qualidades que melhor garantem a ascensão profissional são a condescendência em relação ao aparelho de Estado e o grau de “conveniência” do subordinado em relação a seu superior (WEBER, 1993, pág. 115/116).

A educação política das massas num processo de democratização passa então, pela habilidade de personalidades políticas advindas do embate político, pelo “difamado ofício do demagogo”, por um treinamento técnico superior oferecido ao burocrata de carreira visando uma melhor administração dos assuntos especificamente técnicos, dos quais um político que *vive da política* não teria qualidade para exercer, por isso dependeria da superioridade técnica do burocrata enquanto auxiliar e que as massas deixem de ser “tratadas como mero objeto passivo a ser administrado”, mas que possam agir ativamente no

processo político através de sua opinião, sucedido, evidentemente, de uma vontade política para viabilizar um salto de qualidade de politização das massas.

“A democratização e a demagogia andam de mãos juntas”, no entanto, Weber evidencia a diferença da demagogia feita pelas monarquias modernas e seus efeitos na falta de conscientização das massas e a demagogia institucionalizada dos partidos políticos, racionalmente organizada e direcionada para seus interesses partidários.

O significado da democratização ativa das massas é que o dirigente político não é mais proclamado candidato devido à aceitação de seu desempenho num círculo de notáveis, sendo então, declarado dirigente devido ao seu desempenho no parlamento (WEBER, 1993, pág. 118)

O autor distingue as duas formas de demagogia, averiguando o método czarista baseado no plebiscito, portanto, baseada na “declaração de uma ‘fé’ na capacidade dirigente daquele que exige essa aclamação” e a forma democrática parlamentarista onde o processo é baseado numa “consulta ou uma eleição comum”.

A análise e, ao mesmo tempo, defesa de um modelo de democracia de caráter plebiscitário possui um estatuto central na teoria política de Max Weber, e é especialmente através dele que esta concepção se consagra na literatura política. (SELL, 2011)

Tendo em vista os modelos de democracia que se distinguem em “três tipos sociológicos de democracia na teoria weberiana: democracia direta, democracia parlamentar e democracia plebiscitária.” (SELL, 2011), o presente trabalho não pretende aventurar-se na discussão acerca dos modelos de democracia em Weber como se debruçaram alguns de seus principais comentadores, mas sim mostrar que o tema da liderança, em Weber, é tratado sob três enfoques:

1. Classe
2. Instituições
3. Indivíduos

Em *Parlamento e Governo* (1917), o presente trabalho estuda o enfoque institucional da liderança política weberiana. Weber acredita que a existência do regime parlamentar garante:

1. A continuidade e 2. O controle sobre seu poder; 3. A preservação das garantias legais burguesas; 4. Uma forma pacífica de deposição de um ditador czarista, quando ele tiver perdido a confiança das massas. (WEBER, 1993, pág.119)

Embora Weber reconheça que em algumas democracias (EUA) ocorreu e, não por acaso, a necessidade de se combater a corrupção institucional através da ‘fé’ em “ditadores municipais legitimados pela confiança das massas”, o autor também lança a pergunta pela qual já respondeu nos capítulos anteriores ao se referir a uma nação administrada por funcionários, na medida em que uma democratização passiva, ou seja, devota do indivíduo carismático nos moldes czaristas, levaria a uma “total dominação burocrática acima de qualquer controle”, isto é, nem um socialismo sem parlamento, nem uma democracia sem parlamento seriam capazes de frear inconsistências e controlar inconseqüências.

Com efeito, para o autor a economia deveria ser controlada, supervisionada não por interesses de subsistência corporativa, exigência do socialismo, do qual Weber compara tais interesses de subsistência ao Estado do “novo reino do antigo Egito”, pois de forma ilusória ou ditatorial os lucros seriam regulamentados, gerando assim o efeito inverso pretendido pelo socialismo, ou seja, garantias monopolistas para as classes abastadas, pois no embate político sem o parlamento representando a vontade das diversas classes sociais, o embate político seria resolvido de cima para baixo.

A organização do futuro não deveria acontecer como cartéis, associações e sindicatos compulsórios, mas como uma enorme cooperativa compulsória de consumo organizada pelo Estado, a qual, por sua vez teria que decidir sobre as tendências da produção, de acordo com a demanda. (WEBER, 1993, pág.121)

Ocorre que para o autor, não haveria outra forma de defender os interesses da massa de consumidores a não ser através de um parlamento forte e ativo com o objetivo de controlar a produção, entretanto, resguardando as garantias legais burguesas e a existência de uma possível probabilidade de controle e de transparência na administração.

Weber, no quinto texto, ou capítulo V, *Parlamentarização e democratização* elucida os prós e os contras de interesses burocráticos num sistema sem parlamento, onde claramente, como evidenciado nos

capítulos anteriores, o interesse real seria o de promulgar leis decididas obrigatoriamente por plebiscitos e não por votação parlamentar, e principalmente, o de não permitir que os parlamentos sejam as instâncias de produção e educação qualitativa de lideranças políticas. (WEBER, 1993, pág. 122)

O referendo, ou plebiscito utilizado em ditaduras e monarquias modernas é inaceitável para o autor, na medida em que “o referendo não conhece o acordo”, só responde sim ou não, caminhando desconforme os princípios do Estado de Direito moderno.

(...) de todo Estado de massas com fortes contradições estruturais, pois os princípios plebiscitários enfraquecem a influência pessoal dos dirigentes partidários e a responsabilidade dos funcionários. (WEBER, 1993, pág.123)

O autor pergunta-se tanto se a eleição popular e o plebiscito obrigatório são efetivamente um meio qualificado enquanto educação política, na medida em que, seja dificultado o embate ou luta partidária parlamentar, produzindo e alimentando novas lideranças e uma transparência no controle administrativo onde haja a prestação de contas à opinião pública, isto é, não existindo tais condições, o cidadão não cumprirá outra função política que não seja a de depositar na urna uma cédula de votação de tempos em tempos, sendo assim um sujeito político incapaz ou apenas um ilustre objeto de manejo.

A responsabilidade política é a essência do empreendimento político parlamentar, ou seja, pois não é a massa politicamente passiva que arranja, sentencia ou estabelece a existência do dirigente, mas é o dirigente político que adquire, obtém ou conquista, através da demagogia, a massa de seguidores leais ao seu verbo. (WEBER, 1993, pág.126)

Weber, em seu sexto texto, ou VI capítulo apresentado a nós como *Parlamentarização e federalismo em Parlamento e Governo (1917)*, analisa as normas jurídicas do Império, o parlamento alemão e seus deputados prussianos propondo a regulamentação de direito ao voto em cada estado do Império dentro de um direito que, o autor julga como classista e, mais uma vez, alerta para sua posição política de responsabilidade pública perante o povo e perante os próprios agentes políticos no parlamento.

Ninguém deseja contestar a posição hegemônica da Prússia no Império. Mas nós exigimos que a Prússia seja responsabilizada pelo seu voto decisivo no Conselho federal em todas as questões da política imperial perante um parlamento do povo prussiano e não perante qualquer casta privilegiada, não importa a sua composição, se tivermos que continuar suportando essa situação. Nós, com certeza, nos recusamos a sermos os vassalos de castas privilegiadas prussianas. (WEBER, 1993, pág.129)

Aqui o autor contrapõe o poder do Parlamento Prussiano já que “o poder material da Prússia está bem acima de seu poder formal”, pois o Parlamento Imperial deveria estar acima dos interesses classistas. O receio que o autor apresenta se refere ao fato de que com um poder acima do aceitável, perante os termos de responsabilidade política demonstrada pelo autor, pois “o Parlamento Prussiano privilegiado se contrapõe ao Parlamento Imperial, podendo mesmo derrubar o Chanceler Imperial”. Recai sempre na questão da responsabilização. Weber se pergunta quem será responsabilizado por tal ato político perante a coroa e quem será responsabilizado em relação à opinião pública. Indiferente à composição parlamentar, a preocupação de Weber reside desde o início na qualidade das ações dos agentes, e para que essa qualidade seja mensurada faz-se necessária a legitimidade da responsabilidade perante os atos, palavras ditas, ações individuais e coletivas num ambiente de *luta* pelo poder.

Graças ao direito de voto plutocrático, faz décadas que o Partido Conservador está no poder na Prússia. (...) Sempre que os interesses de poder materiais ou sociais a sustentar o partido no poder estivessem em jogo, a Coroa também ficava completamente sem poder e sem condições de impor seus desejos postos à prova. (WEBER, 1993, pág.140)

O domínio do Partido conservador fez com que o “governo dos funcionários” tivesse que ser obrigatoriamente conservador enquanto pensamento e ação, pois “a massa de todos os funcionários tinha que ser completamente conservadora, porque senão, do ponto de vista meramente social, não poderia se impor” (WEBER, pág.140). O domínio partidário é prejudicial pois elimina ou diminui drasticamente a influência de pensamentos divergentes, para tanto, na Alemanha de

Weber, ocorria tal predomínio partidário do qual ele no VI capítulo de *Parlamento e governo* retrata.

O resultado disso tudo é que a política interna da Prússia permanece sob a influência do Império, a não ser que, em casos excepcionais, tenha que ser levada em conta razões de alta política. Na política hegemônica imperial da Prússia ocorre uma influência pessoal e factual recíproca da direção burocrática do Império, influenciada pelo parlamento local. (WEBER, 1993, pág.143)

Bismarck se manteve intocável mesmo numa Alemanha onde os estados “brincavam de democracia” democratizando o voto nos parlamentos locais, no entanto a defesa do federalismo, na época de Weber, parecia uma piada de mau gosto, pois significava, para o autor, a defesa de um poder dinástico burocrático eliminando o controle dos parlamentos locais pela burocracia estatal, “por força de prerrogativas soberanas”, para o autor, eliminava-se também a oportunidade de melhor educação política, isto é, eliminava-se o embate político e para Weber “isso teve como consequência que a importância e também o nível intelectual dos parlamentos de cada estado tenha declinado, geralmente, da mesma forma que no parlamento Imperial” (WEBER, pág.145/145)

Mais um legado de Bismarck, mesmo depois do Chanceler de ferro, ficou evidente, na opinião de Weber, que a tradição política interna e externa herdou dos conflitos de política de gabinete, a paralisação e a estagnação nas tomadas de decisões, tendo a burocracia intocada mesmo com a democratização parlamentarista local. Weber então se pergunta, “como é possível conciliar a parlamentarização da Alemanha com um federalismo sadio, isto é ativo?” (WEBER. pag.147)

Nas palavras de Weber, para que isso ocorra “a energia da parlamentarização deve ser conduzida, principalmente, para os canais do Império e, a influência legítima dos estados não prussianos sobre a política imperial deve ser fortalecida”.

No entanto, a condição de Direito discutida anteriormente representado pelo último parágrafo do artigo 9º da Constituição Imperial, era um entrave para que pudesse ocorrer a implantação de uma parlamentarização saudável no Império. O último parágrafo do artigo 9º impede formalmente que a energia parlamentar seja conduzida para os canais do Império, e impede de fato a influência e o fortalecimento dos

estados não prussianos sobre a política imperial. Com mudanças no âmbito legal seria possível nas palavras de Weber:

Assim, tornar-se-ia possível que dirigentes partidários como tal pudessem tomar a seu cargo a condução política do Império e, ao mesmo tempo, o que realmente importa aqui, tornar seu partido no Parlamento Imperial responsável por ela. Pois esses dirigentes partidários conservariam os postos e a influência dentro de seus partidos. (WEBER, 1993, pág. 148)

Novamente Weber enfatiza o problema da qualidade da liderança como efeito de uma parlamentarização sadia onde o próprio parlamento, através do embate, proporcionaria o recrutamento de dirigentes de qualidade por meio dos partidos e da luta política por cargos não somente burocráticos, mas cargos de responsabilidade e competência política. Weber defende a parlamentarização da Prússia, pois não restaria muito que fazer a não ser convocar os homens de confiança dos partidos para a luta pelo poder.

Politicamente, porém, eles seriam homens de confiança do Parlamento Imperial. E, por isso, o Chanceler Imperial, na qualidade de homem de confiança do Parlamento Prussiano, teria que contar com eles por bem ou por mal, como forças políticas independentes, aconselhá-los e pactuar com eles, porque senão seu governo perderia o apoio dos respectivos partidos no Parlamento Imperial. (WEBER, 1993, pág.154)

A parlamentarização para o autor segue a linha do pensamento dos textos anteriores, pois tem por intenção equilibrar as forças no Conselho Federal e mudar o predomínio da corte e da burocracia, tirando assim, o poder absoluto das classes honoríficas e quebrando o sistema de governo pelos funcionários, buscando fazer política positiva através da responsabilidade de partido, forçando uma adaptação de toda estrutura política da nação sem ferir a autonomia e divisão de competências entre federação e cada estado, como ocorria nos Estados Unidos da América no tempo do autor.

Outra questão pertinente que o autor levanta é o fato de que, a parlamentarização, na Alemanha, reduziria a influência dos militares nas decisões políticas. O autor deixa claro que tática e estratégia militares

não são compatíveis com táticas e estratégias políticas, o ambiente militar pertence à outra esfera.

O que vocês corrigiram com a espada, perderam, aventurando-se nos meandros da política. É absolutamente necessário que, em todas as questões políticas, as autoridades militares estejam subordinadas à direção política; (WEBER, 1993, pág.161)

Evidente, como nos textos anteriormente analisados, para Weber, a qualidade da parlamentarização dependerá da qualidade dos dirigentes políticos, mas é no parlamento que se constrói personalidades políticas de qualidade. Nesse sentido, Weber volta a criticar os literatos de sua época, pois para o autor em questão, seriam eles, os literatos criticados por Weber a não ter capacidade ou maturidade política, pois:

O diploma ou o grau de professor de Física ou Biologia ou qualquer outra especialidade científica de forma alguma qualifica politicamente e, muito menos garante caráter político. (WEBER, 1993, pág.167)

Como antes mencionado, principalmente no texto *O Estado Nacional e a Política Econômica* (1985), desde o início de seu pensamento, Max Weber enxerga na educação política dos dirigentes e dos dirigidos o fundamento da soberania nacional. E a conquista de tal soberania só viria acompanhada de um processo de construção de uma maturidade, de uma consciência de participação, responsabilidade e ação política, pois “somente povos soberanos têm vocação para intervir no desenvolvimento mundial” (WEBER, p.168)

Para Max Weber a imaturidade política, ou a má qualidade na execução da ação política de uma nação é uma vocação, consequência de um hábito ou de uma força política vinda de cima para baixo fazendo o povo sentir-se “como objeto e não como condutor de sua própria organização de vida”. E como sempre anotada pelo autor, essa condição de objeto advém da falta de controle político sobre a burocracia, pois “somente um povo politicamente maduro é um povo soberano” (WEBER, 168)



Povo significa ter o controle da administração de seus negócios e, através de seus representantes, participar decisivamente na escolha de seus dirigentes políticos. Isso a nação pôs a perder através da maneira como reagiu à estrutura de liderança política de Bismarck. "Um parlamento, uma vez enfraquecido, não é da noite para o dia que pode ser revitalizado, nem mesmo através de alguns parágrafos da Constituição" (WEBER, 1993, pág.168).

O processo histórico em Weber é peça chave para o entendimento de sua ideia de governo de funcionários ser um mau hábito construído pelas elites, permitindo a existência poderosa de uma burocracia com requintes pseudomonárquicos em uma nação que deveria "ter a audácia de se preocupar com os destinos do mundo" (Weber, 168)

A liderança política, ou melhor, a qualidade da liderança política de uma nação é influenciada pela economia, mas é determinado pela herança política e, principalmente, pela forma como todos reagem a uma herança política deficitária do ponto de vista técnico e político, pois um povo não é soberano quando deixa de buscar qualificar-se para governar a si mesmo e influenciar ou determinar os rumos da nação.



#### 4. A LIDERANÇA COMO CARISMA

“Somos todos políticos ocasionais”  
(Weber, 2008, pág.59)

Neste terceiro capítulo será estudado como o autor interpreta a qualidade da liderança em textos como sua célebre conferência na Universidade de Munique *Política como Vocação* (1919), além dos textos apresentados na obra *Economia e Sociedade* (1920), respectivamente o capítulo III do volume I que versa sobre os tipos de dominação, e o capítulo IX do volume II que versa sobre a Sociologia da dominação, tendo especial reflexão na seção cinco *A Dominação Carismática e sua Transformação*.

## 4.1 AS VIRTUDES CARISMÁTICAS

A ênfase na relação entre liderança e carisma neste capítulo se dá em virtude do fato de que para o autor a política é entendida a princípio como “apenas a liderança, ou influência sobre a liderança”. Como em *Política como Vocação (1919)* o autor inicia seu texto versando sobre o Estado e seu *monopólio do uso legítimo da força física*, a política, ou esta relação entre lideranças, ocorre na medida em que participam, as classes, as instituições e os indivíduos, da luta pelo poder ou inflem na distribuição do mesmo, particularmente dentro do território do Estado. Seria, portanto, a política, a luta pelo poder de monopolizar a força física na crença em sua legitimidade, tendo em vista que “O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência”.

O Direito criminal organizado racionalmente em normas é um exemplo da evolução do racionalismo nas esferas da vida humana, fundamentalmente do Estado moderno ao “legitimar a vingança”, no entanto, respaldando o direito de arguição de forma normativa, posto em “regras”, racionalmente orientado. Assim o Estado e os grupos que se organizam politicamente dentro de seu território, não seriam mais do que comunidades de pessoas politicamente organizadas em busca do direito considerado como legítimo ao poder do uso desta violência monopolizada, este espaço territorial de luta pelo poder é então interpretado pelo autor como uma relação de “homens dominando homens”, portanto a qualidade da liderança ou desta relação de homens dominando homens define a qualidade do Estado enquanto território reservado para esta luta ou relação de poder.

Weber então se pergunta sobre quando, como e porque os homens obedecem, ou seja, quando , como e porque os dominados legitimam ou justificam os dominantes?

Logo no início de *Política como Vocação (1919)*, Weber coloca na mesa sua interpretação de quando, como e porque os dominados justificam ou legitimam tal dominação.

As três formas legítimas estão presentes logo na segunda página do texto, conceitos já famosos entre os intelectuais das Ciências Humanas de nosso século, sejam estas postas como:

1. A autoridade, liderança ou dominação tradicional.
2. A autoridade, liderança ou dominação carismática.
3. A autoridade, liderança ou dominação legal.

Cabe aqui uma pequena explanação acerca dos já conhecidos três tipos puros de dominação legítima em Weber.

Como para o autor o conceito de dominação significa “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas”, isto é, encontrar o onde, como e porque os homens se submetem, há aqui, a possibilidade de ligação entre os conceitos weberianos de dominação, Estado e política.

A qualidade da liderança é refletida com base na ligação ideal entre estes conceitos. A dominação é a probabilidade de encontrar obediência, o Estado é o território onde se verifica a probabilidade de encontrar tal obediência ou a relação de homens dominando homens e, a política, é a forma como é exercida a liderança ou influência sobre os líderes e os liderados para averiguar tal probabilidade. O *quando* se dá na dominação (tradicional, carismática ou legal), o *onde* é o Estado e seu território e o *como* é a política e seus meios.

A vontade de obedecer é faculdade específica e inerente no Estado moderno, portanto, tudo o que foi estudado nos capítulos I e II deste trabalho, leva a crer que a *qualidade da liderança depende da qualidade da obediência*.

Novamente, antes de focar nos três tipos puros de dominação em Weber, se faz necessária a interpretação de que *a educação política é a priori* o conceito chave para estudar a qualidade da liderança, ou a qualidade do exercício da política que se dá em duas vias, a forma como se obedece exerce influência na forma como se lidera e vice e versa.

Como frisado nos capítulos anteriores, “nem toda dominação se serve de meios econômicos”, no entanto, alguns tipos de dominação requerem um quadro de pessoas ou quadro administrativo onde se observa a obediência vinculada a “uma ação dirigida *especialmente* à execução de disposições e ordens concretas”, isto é, “o poder econômico e a vocação para a direção política da nação nem sempre coincidem”, mas para que haja o poder econômico e a vocação é necessário contar com um mínimo de pessoas em posições específicas que, por estarem em tais posições específicas, exercem uma obediência específica, isto é, obediência a valores ou a fins, obediência ao costume e tradição, obediência às regras e às leis ou obediência ao carisma do líder.

Conforme ensina a experiência, nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidade de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua “legitimidade” (WEBER, 2004, Vol. I pág.139)

A complexidade da tipificação weberiana é tanta que em *Política como Vocação* (1919) o autor deixa claro que “os tipos puros raramente se encontram, na realidade”, todas as variações e combinações entre os tipos ideais weberianos são problemas a serem discutidos em outro âmbito, do qual este trabalho não se propõe. Aqui, assim como em *Política como Vocação* (1919) a atenção será dada mais ao domínio em virtude da dedicação, dos que obedecem, ao “carisma” exclusivamente do “líder”. (WEBER, 2008, pág.56)

Esta intenção esta intimamente ligada ao fato de que nas democracias modernas a figura do demagogo representa um específico tipo de liderança política carismática. Como já foi dito, há o político de resultados e o político responsável.

O político de resultados, como o próprio termo sugere, age em virtude do poder e somente por ele, o resultado é a vontade de mando, mesmo que sem escrúpulos ou mesmo que tomando decisões erradas para a coletividade da nação ou comunidade específica. O político responsável tem na *honra e dignidade* seus princípios de ação.

A honra moderna, portanto, no mundo “desencantado”, é aquele que logra ser reconhecido por uma trajetória bem-sucedida na afirmação dos valores últimos que seu pertencimento lhe legou. Neste momento, Weber reafirma o estilo de vida ético adequado à modernidade – a ética da responsabilidade. (TEIXEIRA, C. C in Souza, J. 2000 pág.365)

No entanto, para chegar ao estudo dos tipos puros de dominação e do político profissional, do político responsável e do político de resultados, é preciso antes analisar a forma como Max Weber interpreta o “*onde*” esses homens agem e o “*como*” ocorre a separação entre esses homens e o componente material do aparato administrativo do qual pertencem.

Weber denuncia a forma como o domínio organizado, em virtude da obediência e dos interesses de recompensa material ou como honra social, no Estado moderno, estão separados dos meios

administrativos, isto é, entre o servidor público e a organização política há a separação dos meios de administração assim como numa empresa capitalista o proletário está separado dos meios materiais de produção.

Expropriar os meios de produção não é o único meio de dominação capitalista, expropriar os meios políticos complementa a estrutura de dominação do Estado moderno.

Nenhuma autoridade isolada possui, pessoalmente, o dinheiro que paga, ou os edifícios, armazéns, ferramentas e máquinas de guerra que controla. No “Estado” contemporâneo – e isso é essencial ao conceito de Estado – a “separação” entre o quadro administrativo, os funcionários administrativos e os trabalhadores, em relação aos meios materiais de organização administrativa, é completa. (WEBER, 2008, pág.58)

A legitimidade desta expropriação é deduzida “não importa com que direito” da vontade dos governados, é a obediência que legitima o controle da organização política e o Estado moderno, para Weber, é apenas uma associação que organiza a dominação.

O cidadão, ou melhor, a cidadania no ocidente pode ser um ato secundário, subsidiário, ocasional, praticada por agentes partidários, parlamentares não atuantes e por fim a grande massa que nada mais tem a fazer do que votar, protestar, discursar e aplaudir, porém tais atitudes, para Weber, não necessariamente determinam a organização do poder.

O político profissional surgiu na história do ocidente, como serviçais do príncipe, homens que agiam por interesse na manutenção de suas próprias vidas e a melhora do conteúdo das mesmas, servindo de quadro administrativo. “Eram homens que ao contrário do líder carismático, não queriam ser senhores, mas que se colocavam a serviço dos senhores políticos” foi, segundo o autor, o instrumento de expropriação política mais importante a serviço dos líderes do passado.

A política é uma ação que se realiza em algum lugar, Weber chama atenção para a formação das cidades na história do Ocidente. Na cidade enquanto “órgão político” o autor enxergou dois tipos ou “modos principais pelos quais alguém pode fazer da política sua vocação”.

Como já citado nos dois primeiros capítulos, viver “para” a política difere de viver “da” política. Quem vive *para* a política tem a “consciência de que sua vida tem *sentido* a serviço de uma *causa*”. A diferença é simples, quem faz política com o objetivo de fins

econômicos, isto é, como fonte de renda, vive *da* política, pois não faz de sua vida a *causa*.

O político profissional deve ser também economicamente “dispensável”, isto é, sua renda não deve depender do fato de que ele coloca, constantemente e pessoalmente, sua capacidade e pensamento totalmente, ou pelo menos predominantemente, a serviço da aquisição econômica. (WEBER, 2008, pág.60)

Uma interpretação rasa levaria a uma conclusão de que para Max Weber, o político deve ser rico, no entanto em *Política como Vocação* (1919), o autor deixa claro que as camadas politicamente dominantes também buscam viver *da* política, também exploram seu domínio político com objetivos econômicos. Max Weber não questiona a *psique* da coletividade ou de uma camada política, sua análise é “eminentemente sociológica”.

Queremos dizer apenas que o político profissional não precisa buscar remuneração direta pelo trabalho político, ao passo que todo político, sem meios deve, absolutamente, pretender essa remuneração. Por outro lado, não pretendemos dizer que o político sem propriedades buscará vantagens econômicas privadas através da política, exclusivamente, ou predominantemente. (WEBER, 2008, pág.61)

Weber deixa claro que a liderança de um Estado ou de qualquer organização política, deixada nas mãos de homens que vivem exclusivamente *para* a política, e não *da política* levaria a uma plutocracia, ou seja, deixaria o poder político nas mãos do grupo economicamente mais favorecido, portanto, tal liderança perderia em *qualidade*. Deve haver na luta política, a existência dos dois modos principais de fazer da política uma vocação. Muito embora, o autor reconheça que sua análise não pode ser levada ao pé da letra, isto é, nada é absoluto em seu estudo; o político rico tanto quanto o político pobre pode ter bom ou mau caráter. O político profissional que vive *da* política pode ser um assalariado na vida privada, além de seus rendimentos por direito recebidos na vida pública e o político que vive *para* a política pode ser um poderoso industrial ou empresário, mas ambos não *devem* fazer uso de seus cargos para explorar sua influência.



Weber elucida a noção de honra moderna, de dignidade moderna, a ética da responsabilidade se faz presente no discurso do autor, ou seja, para Weber, na política moderna é imprescindível que o político profissional tenha na responsabilidade por seus atos a consciência de um valor substancial.

A política é um mundo de valores peculiar para Weber e não goza das isenções que as demais esferas usufruem – a “neutralidade” da ciência ou a obediência “irresponsável” da burocracia. O político não executa metas, o político toma decisões; o político não analisa criticamente orientações de valor, o político produz juízos de valor ; o político não discursa sobre a realidade, o político ao falar já atua sobre ela.(TEIXEIRA, in SOUZA, 2000, pág.365/366)

A importância que Weber dá a questão da integridade, da dignidade ao cargo não se restringe apenas ao político profissional, o autor demonstra uma preocupação com o aparato burocrático e seus agentes, a honra estamental dentro da burocracia é importante para que não haja o perigo constante de corrupção ou do “vulgar espírito interesseiro”, preocupação substancial, pois o papel do aparato estatal na economia moderna, para Max Weber, aumentará vertiginosamente. O senso de honra deve estar presente nos técnicos ou servidores públicos profissionais e nos políticos profissionais no Estado, no partido ou em qualquer organização política. Faz parte, essa noção específica, do que se trata neste trabalho, isto é, da qualidade da liderança, seja no âmbito técnico ou político, a educação ou treinamento para a execução das tarefas em ambos deve ser indispensáveis.

O aparecimento dos “políticos destacados” se fez justamente com a ascendência de um funcionalismo especializado, embora em transições muito menos perceptíveis. É claro que esses conselheiros realmente decisivos dos príncipes existiram em todas as épocas e em todo o mundo (...) No Ocidente, influenciada principalmente pelos relatórios dos legados venezianos, a diplomacia tornou-se a princípio uma arte cultivada *conscientemente* na época de Carlos V, no tempo de Maquiavel.(WEBER, 2008, pág.63)

Era no gabinete do príncipe que os “adeptos dessa arte” discursavam e buscavam influenciar as decisões do príncipe. No entanto o príncipe “buscava conservar a liderança em nível mais elevado”, travando uma luta de influência e poder com esses “humanistas educados”. Para Weber a disputa entre o funcionalismo especializado e um governo autocrático sempre existiu. A Rússia czarista e a própria Alemanha de Bismarck eram exemplos vivos na época em que Weber viveu. Segundo o autor, a situação viria a se modificar com o parlamentarismo e a existência de líderes partidários que viriam a dar maior *qualidade* no universo da política de Estado. (WEBER, 2008, pág.63)

O sistema parlamentarista quando prevaleceu sobre a figura do monarca, fez crescer, com o desenvolvimento racionalista dos partidos modernos, o líder partidário e com ele, instaurou uma distinção dos funcionários públicos em duas categorias. “Essas categorias são os funcionários “administrativos”, de um lado e os funcionários “políticos” de outro”.

Em *Política como Vocação (1919)*, Max Weber apresenta uma categorização desses políticos profissionais e a divide em cinco camadas, respectivamente:

1. O clero
2. Os literatos de educação humanista
3. A nobreza cortesã
4. Os “gentis-homens” (categoria especificamente inglesa)
5. O jurista de formação universitária

A alfabetização do clero, o manuseio da palavra escrita e falada pelos literatos humanistas, a honraria da nobreza cortesã em substituição, devido aos interesses do príncipe, aos literatos, os “gentis homens” ingleses, que por interesse do príncipe de buscar neutralizar os barões, e especialmente, os juristas de formação, estes desde a jurisprudência romana ao racionalismo jurídico moderno tiveram, para Weber um significado substantivo para a ascensão do Estado absolutista assim como para a burocratização dos partidos.

Desde a revolução Francesa, o moderno jurista e a moderna democracia associaram-se absolutamente (...). Em grau bastante elevado, a política de hoje é na verdade conduzida em público por meio da palavra escrita ou falada. Pesar o efeito da palavra propriamente é tarefa do advogado; mas não se enquadra entre as atribuições do servidor público (WEBER, 2008, pág.66)

Para Max Weber, assim como foi exposto no capítulo II deste trabalho, o funcionário público autêntico deve se dedicar à administração e por essa razão não tem qualidade de liderança para o embate político, isto é, um burocrata é um mal demagogo, faz política de baixa qualidade e por isso não sabe *lutar* de forma adequada.

O papel do advogado na democracia moderna esta intimamente ligado ao processo de racionalização das esferas da vida humana, ou o desencantamento do mundo, pois lida com documentos, cálculos, trabalha com a lógica no discurso, o uso da oratória ao defender interesses. Sua existência é inata, inseparável do processo de burocratização das organizações políticas, portanto, do processo de racionalização ou desencantamento do mundo.

O autor defende também a figura do jornalista, pois a palavra impressa tem um efeito mais duradouro, entretanto, reconhece que as “grandes empresas jornalísticas”, que controlam especialmente a “cadeia de jornais”, com “anúncios classificados”, foram “os fomentadores da indiferença política.” Os domínios dos grandes empresários da propaganda e do jornal impresso serviram ao lucro e não aos interesses da nação.

Com a figura do jornalista em pauta, em *Política como Vocação* (1919), Weber se volta novamente para a figura dos líderes partidários e seus séquitos, tema este abordado neste trabalho no capítulo II no texto *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos* (1917), onde Weber se engaja a estudar a figura dos partidos políticos e seu efeito na democracia plebiscitária, ou seja, toda a discussão sobre a burocracia partidária, o objetivo de lograr cargos, vantagens e influência. Os partidos, como antes já dito, “são apenas organizações de caçadores de empregos” condicionados politicamente apenas à campanha eleitoral, não representando, necessariamente, o seio da educação política das massas, mas apenas os interesses por traz de suas cores e emblemas.

Tanto dentro do partido quanto no governo, Weber distingue a honra de cada um. O funcionário técnico, o burocrata tem sua honra “na

capacidade de executar conscientemente a ordem das autoridades superiores”, independente de concordar ou não, independente da ordem ser moralmente aceitável pelo funcionário. Weber destaca que esta obediência burocrática é essencial para o funcionamento da máquina estatal, isto é, do aparato político, pois a honra do líder político está justamente no oposto, ou seja, reside na responsabilidade pessoal, na ética da responsabilidade em primeiro plano em relação à ética da convicção.

Weber oferece três qualidades decisivas para um político por vocação:

1. Paixão
2. Senso de responsabilidade
3. Senso de proporções

A “força” da personalidade “política” reside nestas três qualidades. Paixão enquanto dedicação a uma causa que deve guiar suas ações, senso de responsabilidade perante suas ações e os efeitos gerados por elas e, por conseguinte, senso de proporção, pois “a política é feita com a cabeça, e não com outras partes do corpo ou da alma”, isto é, o político deve ser apaixonado pela sua causa, responsável pelos seus atos e saber distanciar-se das coisas e dos homens para que “a vaidade vulgar, o inimigo mortal da dedicação objetiva lhe cause a distancia do próprio eu”. (WEBER, 2008, pág. 80)

O senso de proporção está intimamente ligado à falta de objetividade na política desqualificando-o para o cargo. Aqui, Weber novamente introduz a já conhecida noção de ética da convicção ou ética das últimas finalidades e a ética da responsabilidade.

O bem pode gerar o mal, o autor cita frases e mandamentos da Bíblia para revelar que a crença irrenunciável, irrecusável do ponto de vista moral não é uma conduta de responsabilidade pelos atos realizados. Os exemplos do pacifista que recusa a violência, do “cristão que deixa os resultados ao Senhor”, do sindicalista convicto que não constata que “seus atos resultarão num aumento das oportunidades de reação, na maior opressão de sua classe e na obstrução de sua ascensão”, denunciam que a ética da convicção é uma ação irracional, pois eleva os efeitos da ação para o “além” no caso do cristão, para a violência dos outros, no caso do pacifista, para as classes dominantes ou ao sistema capitalista o efeito da opressão, no caso do sindicalista.

O que Weber quer dizer é que ao evidenciar uma luta pela crença pode se estar favorecendo terceiros, ou seja, no caso do sindicalista, ao acreditar que a culpa esta somente na opressão à sua classe, sua “ação de boa intenção leva a maus resultados”, pois pode vir a ser um potente combustível para os opressores, pois as responsabilidades dos atos do sindicalista estão impostos no outro e não em si próprio.

O político de qualidade, para Weber, deve atribuir a si próprio o resultado de suas ações, daí a ética da responsabilidade. Que a opressão das classes favorecidas existe sobre as classes menos favorecidas economicamente e culturalmente, isso é um fato, mas a luta pela causa deve ser de responsabilidade do autor, e não do opressor, a luta não deve reafirmar o opressor, mas deve educar e treinar o oprimido, isso seria ter responsabilidade na luta pela causa sindicalista.

No mundo da realidade, em geral, encontramos a experiência sempre renovada de que o partidário de uma ética de fins últimos subitamente se transforma num profeta quiliasta. Por exemplo, os que recentemente pregaram o “amor contra a violência” pedem agora o uso da força para o *último* ato de violência, que levaria, então, a um estado de coisas no qual *toda* a violência é eliminada. (WEBER, 2008, pág.84/85)

Para Max Weber é a “experiência da irracionalidade do mundo” o “desencantamento” que impulsiona a noção de que a ética da convicção desvanece “na questão da justificação dos meios pelos fins”, ou seja, é ingênuo politicamente o indivíduo que acredita que “pela sua ação se sabe que não é certo que o bem só pode vir do bem e o mal só pode vir do mal”. Denunciando até nas mais diversas religiões que há um equívoco na crença, pois “faz o que deve ser feito”, isto é o trabalho que, segundo o Dharma do hinduísmo de castas e suas leis imaneses servem de prerrogativa para a obrigatoriedade e necessidade da guerra, portanto, do mal. Os primeiros cristãos que “sabiam” que o mundo era governado por demônios e que a salvação viria através da luta contra o mal, mas mesmo assim, uma guerra, uma violência contra outra violência, desmistificando, de forma racional a postura da ética das últimas finalidades ou ética da convicção. (WEBER, 2008, pag.85)

O hinduísmo acredita que tal conduta não prejudica a salvação religiosa, mas, antes, a promove. Quando tinha a morte de herói, o guerreiro indiano ia certamente para o céu de Indra, tal como o guerreiro teutônico ia para o Valhalla. O herói indiano teria desprezado o Nirvana tanto quanto o teutônico teria zombado do paraíso cristão (...). Esta especialização da ética permitia à ética indiana um tratamento da política igual ao das outras esferas, seguindo as leis próprias da política e até mesmo fomentando essa arte real. (WEBER, 2008, pág.85/86)

O autor deixa claro que o indivíduo que deseja devotar-se à política como vocação tem a obrigatoriedade de conceber os paradoxos éticos. Weber cita o cristianismo e o seu respaldo no conceito do pecado original e por isso, a aceitação da violência em sua ética como “meio de disciplina contra o pecado e os hereges”, assim como atribui ao protestantismo a legitimação do Estado autoritário, pois “Lutero isentou o indivíduo da responsabilidade ética pela guerra e transferiu-a para as autoridades”. (WEBER, 2008, pág.86)

Weber desmistifica a descrença moderna relatando fatos do passado, o calvinismo e o Islã tendo na “violência em defesa de um princípio”, um meio de proteger a fé e, com isso, desconstrói, através da ética religiosa, o culto à violência e com isso evidencia a “máquina humana” e a fé na pessoa do líder de uma forma peculiar. Aqui, Weber revela uma das características da dominação carismática.

Essa crença, mesmo quando subjetivamente sincera, realmente não é, em grande número dos casos, mais do que uma “legitimação” ética dos anseios de vingança, poder, pilhagem e espólios(...) Quem busca a salvação da alma, sua e dos outros, não deve buscá-la no caminho da política, pois as tarefas totalmente diferentes da política só podem ser resolvidas pela violência. (WEBER, 2008, pág.87)

Desmistificar no entender da teoria weberiana do *campo das transformações objetivas*, significa no dizer de um dos autores brasileiros que mais se debruçou na Sociologia da Religião de Weber, Antonio Flávio Pierucci, “a interface entre a racionalização religiosa e a racionalização legal, a dessacralização do direito” esta comparação *entre dois momentos da história do Ocidente* onde Max Weber apresenta a secularização peculiar da modernidade, que segundo Pierucci, reside no

“ser” e não no “dever ser” e o passado de consciência religiosa ainda não alcançada pela racionalização moderna. (Pierucci in Souza, 2000, pág.116)

Os homens do passado eram mais religiosos, mais *encantados com o mundo*, já os homens do tempo de Weber não tinham uma ideia clara sobre o quanto o passado fora religioso, mas que o presente, a dizer, o presente de Weber, vivenciava sobre uma etapa avançada do capitalismo, “a religião e seu estatuto cultural”, afetados “pelos processos de racionalização das diferentes esferas culturais de valor e dos modos de levar a vida”. (Pierucci in Souza, 2000, pág.116)

(...) essa perda de sentido [Sinnverlust] que é a consequência lógica, a experiência consumada do desencantamento do mundo. Que, contudo, não coincide com a experiência de secularização, que é a de alguém poder se sentir construindo uma comunidade política sobre próprios e mundanos pés da política, com leis racionais, discutíveis e, portanto, revisáveis. (Pierucci in Souza, 2000, pág. 117)

Não é pretensão deste trabalho de conclusão de curso, abranger o tema do “desencantamento do mundo” em Max Weber, o que nos interessa aqui é, no dizer de Pierucci, “esse despojamento do carisma” em virtude da racionalização moderna, em parte, separando o mundo da política do mundo religioso, legando um *destino inevitável* através do desenvolvimento técnico do Direito.

(...) será o *desconhecimento* crescente, por parte dos leigos, de um direito cada vez mais repleto de conteúdos técnicos – isto é, a especialização do direito, e a crescente tendência a considerar o direito vigente um aparato técnico com conteúdo desprovido de toda santidade racional e, por isso modificável a cada momento, conforme fins racionais. (WEBER, 2004, Vol. II, pág. 152)

## 4.2 A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA

Weber em *Economia e Sociedade*, mais especificamente na seção 5(cinco) do capítulo IX no segundo volume em o *Nascimento e transformação da autoridade carismática*, relata sobre a transformação objetiva do carisma e seus efeitos, na medida em que haja a vinculação do carisma aos *laços de sangue* como forma de crença na legitimação. O autor aqui denuncia uma inversão de valores, isto é, a crença no líder carismático vem de suas ações, “originalmente eram as próprias ações que nobilitavam o homem, este passa a ser “legitimado” somente pelas ações de seus antepassados”.

Vários são os exemplos possíveis e verificáveis na teoria weberiana sobre a relação entre carisma e política, no entanto, vale frisar a dualidade extra - cotidiano e cotidiano, extra – mundano e mundano, racionalização e desencantamento ou desmagificação do mundo da vida como dita Pierucci e, “a concatenação do carisma com a ocupação de um cargo”, ou seja:

(...) a transição àquela peculiar transformação *institucional* do carisma: sua aderência a uma formação social como tal, como consequência da dominação das formações permanentes e das tradições, no lugar da crença carismática pessoal em revelações e heróis. (WEBER, 2004, Vol. II, pág.347)

Os tipos puros de dominação, quando confrontados revelam a absorção do carisma pela tradição e pela dominação legal, ou seja, não apenas todo o conceito weberiano de processo de racionalização do mundo, o desenvolvimento técnico da economia e a desmagificação da cultura moderna ou desencantamento influem na inversão, “derrota” ou insustentabilidade da dominação carismática e, por sua vez, do líder carismático, mas dentro da própria esfera de crença na legitimidade do líder e de suas ações, pode haver uma inversão de valores, na medida em que:



Primeiro, em lugar da transmissão pelo sangue, pode aparecer a transmissibilidade artificial, mágica: a “sucessão” apostólica pelas manipulações da ordenação episcopal, a qualificação carismática, indelével, adquirida pela ordenação sacerdotal, a significação da coroação e unção dos reis e inúmeros outros processos semelhantes entre povos primitivos e civilizados originam-se nesta ideia. (WEBER, 2004, Vol. II, pág.347)

A burocratização enquanto processo de racionalização não somente obteve êxito no universo religioso ao transformar o carisma, mas no universo político ao legitimar instituições, como o Estado absolutista e o desenvolvimento da monarquia assim como do autoritarismo político, infligindo ao espaço doméstico uma dominação pública, ou seja, “toda gestão de cargos oficiais é um *business* como outro qualquer”, “a serviço de uma grande ideia estrutural, a burocratização”. O processo de racionalização separou o *homem da coisa*, institucionalizou as esferas da vida, mas não apenas no chamado “mundo primitivo” como também no mundo moderno.

É destacável também, ainda em relação à transmissão ou apropriação do carisma, o fato de que surge no discurso de Weber a questão da *educação carismática*, fazendo da capacidade carismática um objeto a ser qualificado, entretanto, diferenciando, em parte, do processo racional.

No segundo capítulo, foi tratado da questão da educação técnica como um modo de “fazer a burocracia andar melhor”, aqui, em *Economia e Sociedade*, Weber descreve uma educação carismática como sendo absolutamente o oposto de uma educação especializada, técnica ou postulada pela burocracia. (WEBER, 2004, Vol. II, pág. 351)

Toda educação carismática inclui alguns componentes próprios da formação especializada, conforme se pretenda desenvolver nos noviços o herói guerreiro, o curandeiro, o fazedor de chuvas, o exorcista, o sacerdote ou o perito jurídico. E este componente especializado, empírico, muitas vezes; (...) aumenta continuamente, com a crescente diferenciação das profissões e a ampliação do saber especializado. (WEBER, 2004, Vol. II, pág. 351)

Entra-se no território do *carismaticamente qualificado* para executar ações em algum cargo. Weber menciona o termo *renascimento*

*carismático*, que ao se opor, em parte, à educação ou ensino racional, denuncia ao mundo “todos os tipos de educação que pretendem a “aquisição de cultura”, ou seja, “transformação da conduta interna e externa da vida”. Weber vai da *polis* helênica perpassando pelos “funcionários e escribas no Estado egípcio, tipicamente burocrático” a “peculiaridade do racionalismo confuciano”, para distinguir alguns tipos de *ensino, educação ou treinamento*, para concluir que “no decorrer deste desenvolvimento transformador, a educação originalmente carismática pode converter-se numa instituição formal”.

Todo tipo de educação, tanto aquela que se propõe o carisma mágico quanto aquela que pretende o heroísmo, pode tornar-se tarefa de um círculo limitado de membros de uma corporação, a partir do qual podem desenvolver-se, por um lado, ligas sacerdotais secretas e, por outro, clubes distintos de aristocratas. (WEBER, 2004, Vol. II, pág. 353)

A qualificação econômica absorve a qualificação carismática, na medida de sua utilidade econômica direta, como “a dispensabilidade da força de trabalho do jovem na economia doméstica” como condição do crescimento da economia de mercado. Isto é, segundo o que foi estudado no capítulo II deste trabalho, a aquisição de cargos honoríficos, onde se adquire tal posição social por influência ou participação de um círculo limitado de pessoas, seitas secretas ou clubes aristocráticos, faz do ocupante do cargo, herdeiro do carisma de seu antecessor ou de seu superior. Sedo assim, na modernidade, no Estado moderno e suas economias capitalistas como vêm, tal procedimento honorífico não condiz com a racionalização da vida humana, e um Estado comandado dessa forma perderia em qualidade técnica do funcionalismo e em qualidade política de seus líderes, por diversas razões citadas no capítulo anterior. Entretanto como diz Max Weber no trecho a seguir:

Ainda que o carisma, como poder criativo, recue quando a dominação se solidifica em formações permanentes, passando a atuar somente nas emoções das massas, efêmeras e com efeitos imprevisíveis, em eleições e ocasiões semelhantes, permanece, mesmo assim, porém, em sentido fortemente modificado, um elemento altamente importante da estrutura social. (WEBER, 2004, Vol.II, pág. 354)

Elemento este que ao condicionar a rotinização do carisma, introduz:

A necessidade de as camadas privilegiadas por determinadas ordens políticas, sociais e econômicas, já existentes, verem “legitimada” sua situação social e econômica, isto é, de vê-la consagrada e transformada, de um estado de relações de poder existentes puramente de fato, em um cosmo de direitos adquiridos. (WEBER, 2004, Vol. II, pág. 354)

A qualificação carismática moderna, para Weber, fica a cargo do “chefe de gabinete do Ocidente, particularmente no Estado parlamentar”. O autor retoma, através da analogia com a natureza do carisma em sociedades primitivas, “o califa, o sultão, o xá” e o “grão vizir” na Pérsia, para reaver a crença na legitimidade carismática, o perigo da não legitimação, ou da temporalidade da legitimidade carismática, em virtude de ações burocráticas.

Em certo aspecto, Weber em *Economia e Sociedade* (1920), no final do texto *Nascimento e transformação da autoridade carismática*, texto este, presente no segundo volume da obra, na seção 5 (cinco), *A dominação carismática e sua transformação*, prossegue com o que foi discutido no segundo capítulo deste trabalho. Isto é, a burocracia não qualificada é inimiga da liderança qualificada, seja ela carismática ou não, ou seja, o líder, seja ele Rei, guerreiro, Presidente, chefe de partido, ou possuidor de um cargo de chefia numa empresa capitalista, “deve abster-se totalmente de intervenções pessoais na administração normal, dirigida por especialistas burocráticos”, deve, portanto, ter sua legitimidade como líder qualificado enquanto tal, inquestionável, indiscutível, caso contrário, corre o risco de, por intervenção, de outra liderança carismática ou meramente burocrática, desletigimar-se, isto é, causando a perda da fé em sua legitimidade e portanto, na legitimidade da causa, pois “a natureza sociológica do carisma, como tal, tem em todos estes casos a mesma participação que, evidentemente, o interesse dos funcionários da corte ou líderes de partidos e de seus séquitos.”

O que Weber quer dizer exatamente? Em suas próprias palavras esclarecedoras:

“O destino do carisma, ao penetrar nas estruturas permanentes da ação social é o de recuar em favor dos poderes da tradição ou então da relação associativa racional.” (WEBER, 2004, Vol. II, pág. 355/356)

Existe uma *disciplina* racional que evidencia o caráter objetivo quanto a sua finalidade, “calculado”, portanto, a presença de “elementos irracionais e emotivos” é “infectada” pela pura existência do estado presente das coisas, ou seja, no mundo moderno, a racionalidade das práticas de existência está tão presente no cotidiano e, como Weber exalta ao estudar a “uniformização da obediência” peculiar no exército e na Igreja, no extracotidiano também, que é inevitável a “rotinização do carisma”. (WEBER, 2004, Vol. II, pág.356)

“A disciplina do exército, no entanto, é o seio maternal da disciplina em geral. O segundo grande ensinador da disciplina é a grande empresa econômica” Novamente é possível, averiguar nos estudos de Max Weber, a analogia inevitável, quando este pensa em liderança, na obediência, que por sua vez, é fruto de um processo racional de disciplina e que pode ser verificável tanto no Estado como em uma empresa capitalista, pois nos tempos de Weber, e talvez até os dias atuais, a semelhança é factual.

O aparelho psicofísico do homem é aqui completamente adaptado às exigências do mundo externo, do instrumento, da máquina ou, em uma palavra, da função, despojado de seu ritmo dado por sua própria estrutura orgânica e submetido a um novo ritmo que, depois da análise sistemática das funções de cada músculo e da criação de uma ótima economia das forças, corresponde perfeitamente às condições do trabalho (WEBER, 2004, Vol. II, pág. 362)

Para o melhor entendimento da obra de Weber e, principalmente, do objetivo deste trabalho, que é verificar como Max Weber enxerga a qualidade da liderança, faz-se necessário o estudo, mesmo que primário, dos principais conceitos norteadores de seu pensamento ou teoria da ciência, com o objetivo final, de esclarecer, no presente estudo, a forma como se dá, para Max Weber, a qualidade na liderança política.

Para Max Weber, Sociologia é uma ciência social que enfatiza o indivíduo da ação e com isso, o significado das ações dos indivíduos. Para tanto, o conceito de ação social, é compreendido como uma ação realizada em virtude do comportamento dos outros agentes, ou seja, a sociedade é concebida segundo o conjunto destas ações individuais e o sentido atribuído a elas, pelos agentes em relação e pelo sociólogo que

utilizaria um método compreensivo para estudar a sociedade e suas relações.

O processo histórico não é suficiente para explicar as condições humanas de existência, seria necessária, uma perspectiva hermenêutica ou interpretativa dos dados do passado para estudar a sociedade de sua época. Para o autor, o *sentido subjetivo* visado pelo agente é um dos fatores essenciais para estudar a modernidade. Para isso, Max Weber, criou um recurso metodológico chamado de *tipos ideais*, recurso esse que, fundamentado em generalizações não existentes na realidade social; por isso é um recurso metodológico, que visa averiguar a complexidade das ações e relações na contemporaneidade, recurso que se oferece de fundamento para sustentar os tipos puros de dominação e os tipos ideais de ação social.

A sociologia compreensiva racionalista weberiana preocupa-se com os *motivos*, ou seja, “compreender interpretativamente as ações orientadas por um sentido”, ou “conexão de sentido”. Weber destaca, também, a orientação pela experiência e o caráter hipotético do conhecimento sociológico, no caso, através de sua hermenêutica específica, ou seja, a *probabilidade* “de que a ação *costuma* desenrolar-se, de fato e com determinada frequência ou aproximação (em média ou no caso “puro”)., da maneira adequada quanto ao sentido.” (WEBER, 2004, Vol. I. pág. 8).

Certamente temos de saber primeiro quais são as ações que têm *importância* funcional, do ponto de vista da “conservação” (...) e do desenvolvimento em determinada direção de um tipo de ação social, antes de poder fazer a pergunta: qual é a origem dessas ações? Quais são os motivos que a determinam? Precisa-se saber primeiro quais são as *tarefas* de um “rei”, um “funcionário”, um “empresário”, um “rufião”, um “mágico”. (WEBER, 2004, Vol. I, pág. 11)

Para a conclusão do presente trabalho, é imperativo saber qual a *tarefa* do líder para poder interpretar a *qualidade* de sua liderança. Importa para a conclusão que seja deixada por último o que todos aprendem primeiro ao estudar Weber, ou seja, a forma de seu pensamento e seus conceitos básicos de ação social, poder e dominação, para então chegar a um ponto de esclarecimento sobre como Max Weber enxerga a *qualidade da liderança*.

Para tanto, a ação social pode ser estabelecida em:

1. Racional referente a fins ou objetivos
2. Racional referente a valores
3. Afetiva
4. Tradicional

E como já foi dito, os tipos puros de dominação podem ser estabelecidos em:

1. Dominação Racional
2. Dominação Tradicional
3. Dominação Carismática

Em nenhum dos tipos de ação social ou dominação legítima, há a absoluta presença do respectivo *ideal* – *típico* o que importa é exatamente a forma como tais tipos idealizados, ou recursos sociológicos de análise possam ser verificáveis em sua interrelação ou interação contínua, ou seja, na teoria weberiana da ciência, os *tipos ideais* não se constituem de forma realmente “pura”. Vale dizer aqui, o exemplo dado em seu texto *A ciência como vocação*, onde Weber conclui que a ação do cientista é uma combinação da ação racional com relação a um objetivo e da ação racional com relação a um valor, na medida em que o cientista tem por objetivo, a verdade, mas a verdade é em si, um valor atribuído pelo próprio cientista.

A ação racional com relação a um objetivo, por exemplo, corresponde a ação de um general que quer ganhar uma batalha, ou a de um *político de resultados* que, como acima citado, tem em sua ação o cálculo racional que metodiza os meios necessários para atingir os fins objetivados. “A racionalidade com relação a um objetivo é definida com base nos conhecimentos do ator, e não do observador.” (ARON, 2002, pág.727).

A ação racional com relação a um valor se dispõe na medida em que o ator se propõe a agir eticamente, ou seja, por exemplo, a honra ou a desonra em agir “não para obter um resultado extrínseco, mas para permanecer fiel à ideia de honra”, permanecer fiel a sua ética seria um ato considerado pelo ator como “mais honroso” do que se este agisse orientado para um objetivo e que para isso tivesse que “esquecer momentaneamente” de seus ideais e valores éticos.

A ação afetiva é ditada pela reação emocional do ator ou sujeito da ação em determinadas circunstâncias e não em relação a um objetivo

ou a um sistema de valores, por exemplo, a mão do pai que bate no filho por mau comportamento, ou a reação de um jogador de futebol que perdeu o controle dos nervos.

A ação tradicional é aquela determinada pelos hábitos, costumes e crenças onde, o ator, não age com relação a um valor, um objetivo ou pela emoção, simplesmente obedece a reflexos determinados pelo tempo, por exemplo, o sinal da cruz feito por um indivíduo que passa na frente da uma Igreja.

A dominação de caráter racional é baseada na crença na legitimidade das ordens racionais estatuídas e na crença no direito de mando por parte do quadro administrativo racionalmente tipificado em normas, seria esta a dominação racional legal.

A dominação de caráter tradicional se baseia na crença diária na divindade do costume, no hábito, e na crença na legitimidade daqueles que, em virtude das tradições, exercem autoridade.

A dominação de caráter carismático é baseada na crença em poderes extracotidianos, na magia ou no caráter exemplar de uma pessoa e, por conseguinte, na crença na autoridade exercida através das ordens reveladas ou criadas pelo indivíduo que recebe, cria a pretensão de legitimidade por adquirir poderes extracotidianos. (WEBER, 2004, pág.141)

A situação de dominação está ligada à presença efetiva de *alguém* mandando eficazmente em *outros*, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação; porém certamente – pelo menos em todos os casos normais – à existência de *um* dos dois. (WEBER, 2004, Vol. I ,pág.33)

Evidente que, no presente trabalho, seria impossível, além de não ser a intenção abarcar a teoria da ciência de Weber. O objetivo aqui foi apenas criar um *link* para o fato de que, o presente trabalho foca-se na forma de legitimidade que hoje é mais corrente, ou seja, a crença na legalidade, isto é, a submissão a normas estabelecidas através de procedimentos racionais institucionalizados e sua relação com o “carisma” do líder. Neste ponto, para a conclusão do presente trabalho, faz-se necessário, novamente, frisar os conceitos de ética da convicção e ética da responsabilidade dentro da ética profissional ou o espírito do capitalismo. (WEBER, 2010)

Voltemos então a sua conferência pronunciada na Associação Livre de estudantes de Munique em 1919, intitulada *A Política como*

*Vocação*, onde Max Weber denominou de “ética dos fins últimos” (ou ética da convicção) (*Gesinnungsethik*) e “ética da responsabilidade” (*Verantwortungsethik*) como sendo os principais *tipos ideais* na ética profissional como espírito do capitalismo ocidental.

A ética da convicção nas palavras de Weber “não é um carro que podemos parar à vontade; é tudo ou nada”, é uma ética que orienta o comportamento do político em sua vida privada, portanto, é uma ética baseada em valores pessoais.

A ética da responsabilidade também tem em valores a orientação do político, no entanto, aqui, refere-se à esfera das decisões do político orientado pelas circunstâncias de seus atos.

“Uma ética dos fins últimos e uma ética de responsabilidade não são contrastes absolutos, mas antes suplementos, que só em uníssono constituem um homem genuíno – um homem que pode ter a vocação para a política” (WEBER, 2008, pág.88)

A base conceitual da qual Weber deixa para os leitores leva à conclusão de que é a herança política o legado da educação política de uma nação. Pouco importa que o político vá perdendo suas convicções ao entrar no embate político e incorporando a institucionalização de sua pessoa e, por tanto, de seus atos.

Weber relata em *Política como vocação* (1919) que “a ética da convicção simplesmente não *pergunta* quais as *consequências*” e “a ética da responsabilidade interpreta a ação em termos de meios-fins”. A falta de educação política leva à “inflexibilidade em ver as realidades da vida”, as duas éticas são complementares, pois num mundo racionalizado, profissionalizado, onde o trabalho deve ser o combustível da máquina, “o líder e seu êxito dependem completamente do funcionamento de sua máquina e, portanto, não de seus próprios motivos”.

“A política não é feita apenas com a cabeça”, a paixão a que o autor se refere como qualidade para o político é necessária tendo em vista que “o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível”.

Para tanto, a qualidade do líder para Weber é “não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele tem a oferecer”. É esta vocação a qualidade principal do líder e a educação política exercida na sociedade



civil e na sociedade política é a herança que define a qualidade da liderança em um Estado moderno.



## 5. CONCLUSÃO

Com o objetivo geral de cotejar, ao longo da trajetória do pensamento weberiano, a questão da liderança política, pode-se concluir que a liderança política em Weber é compreendida em três enfoques.

1. Liderança como questão de classe
2. Liderança como questão institucional
3. Liderança como questão individual

Ao longo do texto é possível ler os conceitos de herança política, educação política enquanto valores de classe, das instituições e dos indivíduos no embate político de uma nação, estado ou sociedade.

Em sua conferência pronunciada na Associação Livre de estudantes de Munique em 1919, intitulada *A Política como Vocação*, Max Weber denominou de “ética dos fins últimos” (ou ética da convicção) (*Gesinnungsethik*) e “ética da responsabilidade” (*Verantwortungsethik*) como sendo os principais *tipos ideais* na ética profissional como espírito do capitalismo ocidental, portanto Weber estuda a ética do político profissional e a qualidade de *antepor* os problemas sociais para um melhor desempenho na condução dos assuntos relacionados à condição de vida.

Weber oferece três qualidades decisivas para um político por vocação:

- 4 Paixão
- 5 Senso de responsabilidade
- 6 Senso de proporções

Paixão enquanto dedicação a uma causa que deve guiar suas ações, senso de responsabilidade perante suas ações e os efeitos gerados por elas e, por conseguinte, senso de proporção, pois “a política é feita com a cabeça, e não com outras partes do corpo ou da alma”, isto é, o político deve ser apaixonado pela sua causa, responsável pelos seus atos e saber distanciar-se das coisas e dos homens para que “a vaidade vulgar, o inimigo mortal da dedicação objetiva lhe cause a distancia do próprio eu”. (WEBER, 2008, pág. 80)

Enumeradas as qualidades nas classes sociais nos textos iniciais, somando a crítica particular aos burocratas e ao parlamento, assim como as principais instituições partidárias e a forma de atuação delas no universo decisório, a conclusão final junta as enumeradas

qualidades do político por vocação para reafirmar que reside numa ética da herança política o fundamento de análise da questão da liderança política em Weber ao longo de seus escritos acadêmicos e militantes. Ou seja, para que seja possível um melhor condicionamento e conscientização política de toda a sociedade é necessário compreender que educação política enquanto vontade política de uma classe, ação política de uma instituição ou valor agregado no político profissional dependem do legado deixado ao longo da história. A herança política legada a uma geração é reflexo histórico das qualidades das lideranças anteriores, modificar isso significaria influenciar uma nova geração com uma educação política objetivando um melhor condicionamento político e uma ética de responsabilidade ligada a este legado educacional no âmbito político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2002.

BREUER, Stefan. *Democracia plebiscitária e parlamentarista na sociologia política de Max Weber*. *Sociologias*. V.1, Nº2, p 44-67, 1999, acesso em <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/6926>

DIGGINS, John Patrick. *Max Weber: A Política e o Espírito da Tragédia*. Rio de Janeiro – São Paulo, Ed. Record, 1999.

FIGES, Orlando. *A Tragédia de um Povo – A Revolução Russa 1891-1924*. Rio de Janeiro – São Paulo, Ed. Record, 1999.

GIDDENS, Anthony. “Política e sociologia no pensamento de Max Weber”. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.

MOMMSEN, Wolfgang. *Max Weber and German Politics, 1890-1920*, Wolfgang J. Mommsen and Michael Steinberg, Chicago, University of Chicago Press, Polity Press, Cambridge, 1990

MOMMSEN, Wolfgang. *The Political and Social Theory of Max Weber: Collected Essays*, Chicago, University of Chicago Press, Polity Press, Cambridge, Paperback edition, 1992.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber* (2ª. edição). São Paulo: Editora 34, 2005.

SCHLUCHTER, Wolfgang. *Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber*, São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SCHLUCHTER, Wolfgang. *Rationalism, Religion and Domination : A Weberian Perspective* , Berkley and Los Angeles, University of California, University of California Press, Ltd. Oxford, England, 1988.

SELL, Carlos Eduardo. *Introdução à Sociologia Política: Política e sociedade na modernidade tardia*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2006.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2010.

SELL, Carlos Eduardo. *Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária*. Acesso em Julho, 2011. Disponível em [http://www.rbc.unb.br/artigo\\_html.php?id=75](http://www.rbc.unb.br/artigo_html.php?id=75)

SELL, Carlos Eduardo. *Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária?*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 37, 2010.

SELL, Carlos Eduardo. *Max Weber entre o parlamentarismo e o presidencialismo*. Acesso, 2011. Disponível em: <http://www.npms.ufsc.br/lpublic.php>

SWEDBERG, Richard. *The Max Weber Dictionary: Key Words and Central Concepts*, Stanford, California, Stanford University Press, 2005  
SOUZA, Jessé (org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília, DF. Ed. UNB, 2000

SOUZA, Jessé. *A Modernização Seletiva: Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, DF. Ed. UNB, 2000

TRAGTEMBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1992.

WEBER, Max. *Estudos Políticos. Rússia 1905 e 1917*. Rio de Janeiro. Ed. Azougue, 2005.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. São Paulo. Ed. UnB, 2004 Vol.I e II.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro. Ed. LTC, 2008, 5ª Ed.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo. 9ª impressão, Ed. Companhia das Letras, 2010.

WEBER, Max. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1993

WEBER, Max. *O Estado Nacional e a política econômica*. In COHN, Gabriel (org.) **Weber**. 7ª. ed. São Paulo. Ed. Ática, 1999 (Coleção grandes Cientistas Sociais, n.13).

WHISMTER, Sam. *Essential Weber: A Reader*, London/New York, Routledge, 2004.

WHISMTER, Sam. *Understanding Weber*, New York, Routledge, 2007

WHISMTER, Sam. *Max Weber and the Culture of Anarchy*, London, Macmilian Press LTD, 1999, New York, St. Martin's Press Inc., 1999